MODELO DE DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA – DFD N° 116

1. Identificação do Requisitante:	
Unidade Administrativa Requisitante: *Setor de Compras*	
Responsável: *Filipe Vieira Babsky*	Cargo/Função: Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Matrícula: 41.020	E-mail e telefone do setor: (31) 3558-2315 cultura@mariana.mg.gov.br

2. **Necessidade**: *Contratação do artista **LEO CABALLERO** para compor a programação de evento da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo.*

1. **Justificativa da necessidade:**

O Evento tem como objetivo principal a valorização da cultura rural, das tradições sertanejas e da identidade do homem do campo, sendo um momento de grande importância para o fortalecimento do pertencimento comunitário, da convivência social e do turismo rural.

A escolha da atração musical a ser contratada considera o perfil do público do evento, que se identifica com o gênero sertanejo e com artistas que representam a cultura musical do campo e das comunidades do interior. A apresentação visa atrair público diversificado, fortalecer a tradição local e ampliar a visibilidade do evento, promovendo lazer, cultura e integração comunitária.

A contratação da atração musical se justifica, ainda, pelo impacto positivo que proporciona na valorização da cultura popular, no estímulo ao turismo e na geração de renda para os moradores e comerciantes da localidade.

Dessa forma, a contratação proposta mostra-se necessária, oportuna e adequada ao interesse público, atendendo aos princípios constitucionais da eficiência, razoabilidade, impessoalidade e fomento à cultura, nos termos das diretrizes de valorização das manifestações artísticas e culturais regionais.

2. Demonstrativo da previsão da contratação no Plano de Contratações Anual (PCA):

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. Previsão da data em que deve ser iniciada a execução:

Dia 27 de setembro.

Recebido dia 05/09
Dayanne mari 10:20

4. DESCRIÇÃO E QUANTITATIVO DO OBJETO A SER CONTRATADO

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento junto às demais atrações, de acordo com o quantitativo abaixo:

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação do artista Leo Caballero	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00

6.1- CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

(X) Recurso Próprio
( ) Recurso Vinculado Estadual
( ) Recurso Vinculado Federal
( ) Outros (quais?) _____

5. Indicação da comissão de planejamento da contratação e pela fiscalização da execução do objeto:

Para a adequada condução do procedimento, indicamos o servidor Filipe Vieira Babsky Matrícula 41.020 como membro responsável pela Comissão de Planejamento da Contratação, bem como o servidor Pedro Henrique Chaves Matrícula 41.572 como membro da Comissão de Fiscalização da Execução do Objeto, que atuarão conforme as disposições legais aplicáveis e acompanharão todas as fases necessárias ao bom andamento e à execução do contrato.

Em conformidade com a legislação que rege o tema, encaminhe-se à autoridade competente para análise de conveniência e oportunidade para a contratação e demais providências cabíveis.

Mariana 25 de agosto de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Matrícula 41.020 CPF 917.652.006-44
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

8-RESPONSABILIDADE PELA FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA N° 116

Para fins do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, declaro que as despesas decorrentes da obrigação a ser contraída apresenta adequação orçamentária e financeira com o corrente orçamento aprovado pela Lei Orçamentária Anual, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual de Ação Governamental e com a própria Lei de Responsabilidade Fiscal. Declaro, ainda, que esta Secretaria possui disponibilidade orçamentária e financeira para cobrir as referidas despesas.

Data: 25/08/2025

Marcos Eduardo Batista
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR Nº 116

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

Objeto: Contratação do artista LEO CABALLERO para compor a programação de evento da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O Evento tem como objetivo principal a valorização da cultura rural, das tradições sertanejas e da identidade do homem do campo, sendo um momento de grande importância para o fortalecimento do pertencimento comunitário, da convivência social e do turismo rural.

A escolha da atração musical a ser contratada considera o perfil do público do evento, que se identifica com o gênero sertanejo e com artistas que representam a cultura musical do campo e das comunidades do interior. A apresentação visa atrair público diversificado, fortalecer a tradição local e ampliar a visibilidade do evento, promovendo lazer, cultura e integração comunitária.

A contratação da atração musical se justifica, ainda, pelo impacto positivo que proporciona na valorização da cultura popular, no estímulo ao turismo e na geração de renda para os moradores e comerciantes da localidade.

Dessa forma, a contratação proposta mostra-se necessária, oportuna e adequada ao interesse público, atendendo aos princípios constitucionais da eficiência, razoabilidade, impessoalidade e fomento à cultura, nos termos das diretrizes de valorização das manifestações artísticas e culturais regionais.

2. ESSA CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES?

Ainda não há regulamentação do Plano Anual de Contratações do Município de Mariana. Entretanto, está previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;
II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;
III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;
IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

4. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES PARA CONTRATAÇÃO.

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação do artista Leo Caballero	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Considerando a demanda para a contratação de artista, a administração local realizou levantamento de artistas com aceitação pela opinião pública e que possuíssem disponibilidade para apresentação visando sua participação na programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana durante o exercício de 2025. No curso das diligências realizadas pela Secretaria de Cultura, verificou-se que o artista atende aos requisitos previamente definidos e demonstrou interesse e viabilidade para a realização das apresentações.

Destaca-se que o artista detém representatividade no cenário musical local, consolidada por sua trajetória musical e pelo amplo reconhecimento junto ao público. Tal notoriedade é evidenciada por meio de publicações em redes sociais e veículos de comunicação, bem como pela participação em eventos, o que reforça sua relevância e aceitação no meio artístico.

Nos termos do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, a regra geral para a Administração Pública é a realização de licitação, visando à obtenção da proposta mais vantajosa e assegurando a competitividade entre os interessados. No entanto, a própria legislação prevê hipóteses em que o procedimento licitatório se revela inviável, especialmente quando há impossibilidade de competição objetiva. Esse é o caso da contratação de serviços artísticos, uma vez que as performances musicais possuem caráter singular e criativo, tornando inviável a comparação entre diferentes artistas com base em critérios meramente objetivos.

Dessa forma, a inexigibilidade de licitação encontra respaldo no artigo 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a contratação direta de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Diante do exposto, e considerando que a artista preenche os requisitos legais exigidos, a contratação direta por inexigibilidade de licitação mostra-se o meio mais adequado e juridicamente seguro para viabilizar a apresentação no evento, garantindo a realização de espetáculo compatível com as expectativas do público e os objetivos culturais da administração municipal.

6. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Dada à potencialidade criativa ou características intrínsecas do trabalho artístico, não há como estabelecer pontos mensuradores para estabelecer uma competição que seja julgada através de critérios objetivos, o que não afasta a possibilidade de haver uma contratação com observância da seleção da proposta mais vantajosa, dentre outros princípios a ela atrelados. Mesmo cabendo certa discricionariedade na escolha do executante, nos cercamos de informações que demonstrem a consagração da artista, bem como o mínimo exigido para uma contratação segura e a razoabilidade do

preço. O valor proposto para a referida apresentação está em conformidade com os valores praticados pelo artista no mercado, inclusive à mesma época de outras contratações.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação do artista Leo Caballero	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

8. JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO

O objeto da contratação é divisível e pode ser parcelado?

( ) Sim, é divisível e foi parcelado em tantas parcelas quanto tecnicamente e economicamente viáveis.

( ) É divisível, mas não poderá ser parcelado

(X) Não é divisível.

A contratação em tela não é divisível tendo em vista tratar-se de apresentação artística única.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Visando a programação cultural oficial da Prefeitura Municipal de Mariana, pretende-se:

- ✓ Fortalecer a cultura local.
- ✓ Incentivar a integração comunitária em um ambiente de celebração e convívio social saudável.
- ✓ Fomentar o turismo local, atraindo visitantes de Mariana e municípios vizinhos, movimentando a economia informal e o comércio local durante os eventos.
- ✓ Estimular a continuidade das manifestações populares, garantindo que as novas gerações tenham contato e valorizem as tradições culturais.
- ✓ Promover o acesso gratuito a atividades culturais de qualidade, democratizando a cultura e fortalecendo a cidadania cultural.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.

A entrega da contratação será em dia e horário a serem definidos. Contará com toda estrutura e demais responsabilidades de qualquer tipo de autorização, por conta da contratante – Prefeitura Municipal de Mariana. O responsável pelo acompanhamento dos preparativos até a execução da contratação, será um colaborador da Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, devidamente designado pelo ordenador de despesa da pasta.

O artista contratado bem como os demais integrantes da banda e produção deverão estar aptos e presentes no local de apresentação, de acordo com orientação pré-definida pela Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer. A Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e

Lazer é responsável pelo fornecimento de palco e camarim, sonorização, gerador de energia e apoio logístico para o local.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES.

Existem contratações correlatas e/ou interdependentes para a viabilidade da demanda?

( ) Não.
(X) Sim

Contratação de toda estrutura que estará montada e apta para receber o artista e que ficará à disposição durante todos os dias de evento: palco, sonorização, iluminação, gerador de energia e apoio logístico.

12. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS.

Essa contratação gera algum impacto ambiental?

( ) Não.
(X) Sim.

Com vistas à observância das normas de sustentabilidade ambiental previstas na legislação vigente, todos os resíduos sólidos gerados durante a execução do evento serão devidamente tratados e descartados em conformidade com as diretrizes e normativas expedidas pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente, responsável pela política pública de limpeza urbana, coleta, manejo e destinação final de resíduos, garantindo-se o cumprimento dos princípios da responsabilidade ambiental e da eficiência na gestão dos serviços públicos.

No que se refere ao consumo de energia elétrica necessário para a realização do show, caberá a responsabilidade pela adequação da gestão da energia utilizada no evento. Tal medida visa resguardar o erário público, em consonância com os princípios da economicidade e da razoabilidade.

13. CONCLUSÃO.

O presente Estudo Técnico Preliminar evidencia que a contratação da solução descrita no item 7 "ESCOLHA DA SOLUÇÃO MAIS ADEQUADA" se mostra tecnicamente viável e fundamentadamente necessária:

( ) Não
(X) Sim.

Mariana, 26 de agosto de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

Aprovo o presente Estudo Técnico Preliminar, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

Serão devidamente considerados, na elaboração do Termo de Referência e do contrato, os riscos identificados e classificados no Mapa de Riscos, de modo a subsidiar a adoção de medidas preventivas, mitigar possíveis impactos à execução contratual e assegurar o cumprimento do planejamento institucional.

MAPA DE RISCO

RISCO 1		
Não cumprimento do contrato por parte do artista (cancelamento ou qualidade inferior à esperada)		
Probabilidade:	( ) Baixa (X) Média ( ) Alta	
Impacto:	( ) Baixa ( ) Média (X) Alta	
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato	
Id	Dano	
1.	Impacto negativo no evento, insatisfação do público e prejuízo financeiro.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Inclusão de cláusulas contratuais prevendo penalidades por descumprimento e pagamento condicionado à efetiva prestação do serviço.	Fiscal administrativo do contrato
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Abertura de procedimento administrativo para aplicação de sanções e execução da garantia em caso de desconformidade.	Gestor do contrato

RISCO 2		
Ausência de clareza na especificação dos serviços a serem prestados		
Probabilidade:	(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta	
Impacto:	(X) Baixa ( ) Média ( ) Alta	
Fase Impactada:	( ) Fase Preparatória ( ) Seleção do Fornecedor (X) Gestão do Contrato	
Id	Dano	
1.	Descumprimento, pela contratada, de obrigações previstas em contrato.	
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.	Divergências entre as partes sobre o que foi contratado.	Gestor do contrato
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Elaboração detalhada do termo de referência, incluindo duração do show, requisitos técnicos e logística.	Gestor do contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E LAZER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO / DEFINIÇÕES / INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1.1 OBJETO

Contratação do artista LEO CABALLERO para compor a programação de evento da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo.

1.2 DEFINIÇÕES/INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

1) Inexigibilidade, conforme inciso II, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133/21.

3) Condição de Serviço/Bem comum: Celebração de festa popular

4) Serviço contínuo: Não se aplica

5) Contato do responsável: Secretário de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer

Telefone: 3558-2315

email: cultura@mariana.mg.gov.br

2. JUSTIFICATIVA

O Evento tem como objetivo principal a valorização da cultura rural, das tradições sertanejas e da identidade do homem do campo, sendo um momento de grande importância para o fortalecimento do pertencimento comunitário, da convivência social e do turismo rural.

A escolha da atração musical a ser contratada considera o perfil do público do evento, que se identifica com o gênero sertanejo e com artistas que representam a cultura musical do campo e das comunidades do interior. A apresentação visa atrair público diversificado, fortalecer a tradição local e ampliar a visibilidade do evento, promovendo lazer, cultura e integração comunitária.

A contratação da atração musical se justifica, ainda, pelo impacto positivo que proporciona na valorização da cultura popular, no estímulo ao turismo e na geração de renda para os moradores e comerciantes da localidade.

Dessa forma, a contratação proposta mostra-se necessária, oportuna e adequada ao interesse público, atendendo aos princípios constitucionais da eficiência, razoabilidade, impessoalidade e fomento à cultura, nos termos das diretrizes de valorização das manifestações artísticas e culturais regionais.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO, QUANTITATIVOS E VALOR

Objetivando a instrução do processo, informamos que será necessária a contratação e realização de apresentação de artista, para compor a programação do evento.

Item	Qtd	Unid.	Material	Valor Unitário	Valor Total
1	1	UN	Contratação do artista Leo Caballero	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.

A escolha da Secretaria Municipal de Cultura para a contratação do serviço foi pautada pela opinião pública local, sendo este conhecido pelos shows que realiza, gozando de excelente conceito e aceitação popular, e seguindo todos os requisitos previstos na Lei de contratações vigente.

Não paira nenhuma dúvida de que possui reputação, experiência e conhecimento compatível com a necessidade que se propõe a Administração Municipal realizar aos munícipes de Mariana e região.

A justificativa da inexigibilidade nesta hipótese é a inviabilidade de competição. Com efeito, não há critérios objetivos para aferir a melhor proposta para a Administração Pública, não havendo, por consequência, respaldo fático para a realização do procedimento licitatório.

Por fim, verifica-se que esse dispositivo apresenta certo limite discricionário, autorizando o administrador a optar pela escolha que melhor atenda ao interesse público em razão das próprias características da performance artística desejada. Sendo assim, entendemos ser inexigível a licitação, tendo em vista que atende aos requisitos acima mencionados.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.

I) A contratação deve efetivar-se junto a artista consagrado pela opinião pública local;

II) O estilo musical apresentado pelo artista deve corresponder ao evento;

III) Os serviços prestados devem ser de reconhecida qualidade pelo mercado;

IV) Deve haver compatibilidade de agendas entre o órgão público e o artista.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto referente à contratação do artista para apresentação musical, será conduzida em etapas previamente definidas, assegurando o pleno cumprimento do contrato e a efetividade do resultado cultural pretendido pelo Município.

6.1. Início da Execução Contratual
A execução se iniciará com a formalização do contrato administrativo entre a Prefeitura Municipal de Mariana, por meio da Secretaria de Cultura, e o artista, mediante assinatura contratual e emissão da respectiva Nota de Empenho.

6.2. Planejamento e Articulação Técnica
Após a formalização, será realizada reunião técnica entre a equipe da Secretaria de Cultura, a produção do artista e os responsáveis pela organização geral do evento, para alinhamento de informações logísticas e técnicas relacionadas à apresentação, tais como:

Definição do local do show;

Data e horário da apresentação, conforme cronograma;

Requisitos técnicos (rider técnico e hospitality rider);

Estrutura de palco, som, iluminação e camarins;

Segurança e acessibilidade.

6.3. Logística e Infraestrutura
A Prefeitura de Mariana será responsável por garantir toda a infraestrutura necessária à realização do show, incluindo montagem de palco, sonorização, iluminação, segurança, controle de público, fornecimento de camarim adequado, conforme os termos acordados entre as partes e constantes no rider técnico da artista.

6.4. Apresentação do Artista
A apresentação do artista deverá ocorrer no dia e horário previamente definidos, com duração aproximada de 1h30 (uma hora e trinta minutos), dentro da programação oficial. O show será de acesso gratuito ao público, integrando o conjunto de ações de valorização cultural, democratização do acesso à arte e fortalecimento do calendário turístico e cultural do município.

6.5. Relatório de Execução
Após a apresentação, será emitido relatório de execução pela equipe técnica da Secretaria de Cultura, atestando o cumprimento do objeto contratual, a adequação da entrega aos parâmetros estabelecidos e a regularidade do serviço prestado. O relatório poderá conter registros fotográficos, audiovisuais e parecer técnico-cultural sobre a atividade.

6.6. Encerramento do Contrato
O encerramento do contrato ocorrerá após a apresentação da artista, a aprovação do relatório de execução e a confirmação do cumprimento de todas as obrigações contratuais por ambas as partes. O pagamento será efetuado conforme previsto contratualmente, condicionado à apresentação da documentação fiscal e do atesto pela fiscalização do contrato.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

A contratação do artista, para apresentação musical, será realizada por meio de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, que permite a contratação direta quando houver inviabilidade de competição em razão da contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

A inviabilidade de competição decorre da natureza personalíssima da apresentação artística pretendida, sendo o artista o único capaz de realizar o serviço de forma autêntica, conforme amplamente reconhecido por sua trajetória, estilo musical e identidade artística. A escolha do artista visa à valorização do evento, à atração de público diverso e à qualificação da programação cultural, aspectos essenciais para o alcance dos objetivos do evento.

A comprovação da notória consagração da artista será feita por meio de documentação pública e material promocional, incluindo:

Histórico profissional e biografia artística;

Reconhecimento pelo público;

Ampla circulação na mídia e plataformas digitais.

Por fim, a adequação dos preços será verificada com base em propostas de apresentações similares, quando disponíveis, bem como em análise da compatibilidade com os valores praticados pelo mercado para artistas de igual notoriedade, nos termos do art. 23, inciso VIII da referida legislação.

8. HABILITAÇÃO

Para fins de habilitação no certame, as licitantes terão de satisfazer os requisitos mediante apresentação de documentos relativos a:

8.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Cartão CNPJ;

b) Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e última alteração relativa ao objeto e administradores, devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, ou a última alteração consolidada, no caso de sociedade por ações, acompanhado do documento de eleição de seus administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

8.2. HABILITAÇÃO FISCAL

a) Comprovante de regularidade fiscal com as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal (ou distrital) da sede do licitante;

b) Comprovante de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

c) Comprovante de regularidade com a Justiça do Trabalho, por meio de certidão emitida pelo site www.tst.gov.br;

8.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA

Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física ou em sítio eletrônico caso a comarca da licitante disponha desta ferramenta.
Será permitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentem certidão emitida pelo Juízo Falimentar e/ou Plano de Recuperação deferido, na qual fique demonstrado que a empresa está apta econômica e financeiramente para participar dos procedimentos licitatórios

8.4. DECLARAÇÕES:

a) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

b) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração.

c) Declaração de cumprimento de reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitação da previdência social.

9. AMOSTRA / LAUDO TÉCNICO / PROVA DE CONCEITO

Não se aplica a essa contratação.

10. LOCAL DE ENTREGA DOS MATERIAIS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS/ PRAZO DE ENTREGA OU PRAZO DE EXECUÇÃO

A prestação do serviço deverá ser no dia 27 de setembro em local e horário a ser definido. E contará com toda estrutura e demais responsabilidades de qualquer tipo de autorização, por conta da contratante – Prefeitura Municipal de Mariana.

11. GARANTIA DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS

Não se aplica a essa contratação.

12. OBRIGAÇÕES DO LICITANTE VENCEDOR / CONTRATADO

12.1. Prestar todo e qualquer esclarecimento ou informação solicitada pela fiscalização da Secretaria de Cultura Patrimonial, Turismo e Lazer.

12.2. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, cumprindo rigorosamente as descrições contidas nesse Termo de Referência.

12.3. Atender prontamente às solicitações da CONTRATANTE.

12.4. Ficar à disposição da CONTRATANTE durante o período de execução do serviço. Ficarão por conta da CONTRATADA todos os impostos, taxas, seguros, transportes, materiais de higienização e demais custos necessários a completa disponibilização do objeto.

12.5. Executar fielmente este Termo de Referência, em conformidade com as cláusulas acordadas e normas estabelecidas na Lei n. 14.133/21 e suas alterações.

12.6. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto contratado, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

12.7. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes

13. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE MARIANA

13.1. Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas;

13.2. Promover o acompanhamento e fiscalização do objeto contratado, de forma que sejam mantidas as condições exigidas no Termo de Referência;

13.3. Avaliar a qualidade dos serviços prestados por ocasião pela CONTRATADA.

13.4. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos Nesse Termo de Referência;

13.5. Emitir Autorização de Fornecimento, devendo conter a identificação da Unidade Requisitante, a identificação da CONTRATADA, a especificação do item, quantidade, data, horário e endereço de prestação do serviço, que será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da CONTRATADA

13.6. Rejeitar o serviço no todo ou em parte, caso constate irregularidades com respeito à qualidade do mesmo, determinando que seja refeito, rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

13.7. Atestar, para fins de pagamento da franquia, os documentos da despesa, quando comprovado o fiel e correto cumprimento da prestação do serviço. Exercer a Fiscalização da contratação.

13.8. Reservar à fiscalização da Secretaria o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto nesse Termo de Referência e em tudo o mais que se relacione com o Objeto dessa contratação, desde que não acarrete ônus para a CONTRATANTE.

14. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado pela Tesouraria do Município de Mariana no prazo de 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento da (s) Nota (s). Fiscal (is) correspondentes ao fornecimento,

acompanhada (s) de comprovação da manutenção das condições demonstradas para habilitação, à vista do respectivo Termo de Recebimento Definitivo do objeto.

14.1 DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.392.2.074.3.3.90.39.00.00.00.00 FICHA 919 FONTE 1.500.000.0000

14.2 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Não se aplica a essa contratação

15. FISCALIZAÇÃO

15.1 O Município de Mariana exercerá a fiscalização por meio do servidor designado, Pedro Henrique Chaves, matrícula 41.572, plenamente capacitado para a função, tendo em vista sua experiência como fiscal de diversos contratos no âmbito desta Secretaria e o exercício de cargo de coordenação. Em caso de sinistro, caberá ao referido servidor entrar em contato com a empresa contratada para averiguar a ocorrência. Constatada qualquer irregularidade, serão aplicadas as sanções previstas neste Termo de Referência.

15.2 As exigências e a atuação da fiscalização pelo Município de MARIANA em nada restringem a responsabilidade, única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto do contrato.

15.3 O acompanhamento e a fiscalização da execução contratual serão realizados de forma in loco pelo servidor designado, durante a realização do show, com o objetivo de verificar o fiel cumprimento das obrigações contratuais por parte da empresa contratada. A fiscalização abrangerá, dentre outros aspectos, a execução do serviço conforme as especificações técnicas, o cumprimento de normas de segurança, acessibilidade e meio ambiente, bem como a qualidade geral da prestação do serviço.

16. VIGÊNCIA DO CONTRATO / ARP

O contrato terá vigência de 60 dias.

17. GARANTIA CONTRATUAL

Não se aplica a essa contratação.

18. REAJUSTE/ REPACTUAÇÃO

Não se aplica a essa contratação.

19. SANÇÕES

19.1. Pela inexecução total ou parcial do Contrato ou por fraudar a execução deste, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a CONTRATADA as seguintes sanções, previstas nos termos do artigo 156, da Lei Federal 14.133/21:

19.1.1. ADVERTÊNCIA ESCRITA – comunicação formal quanto à conduta da CONTRATADA sobre o descumprimento de contratos e outras obrigações assumidas, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção.

19.1.2. MULTA, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por centos) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 154 da Lei n. 14.133/21.

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso injustificado, calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, limitada sua aplicação até o máximo de 30 (trinta) dias, caso a CONTRATADA não inicie a prestação dos serviços no prazo e demais condições avençadas;

b) 01% (um por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 10% (dez por cento);

c) 02% (dois por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato por ocorrência de reincidente de descumprimento de obrigação contratual, até o máximo de 20% (vinte por cento);
Atingidos os valores máximos das multas a serem aplicadas e havendo nova ocorrência ou reincidência de descumprimento de obrigação contratual, poderá ser configurada inexecução do Contrato;

d) 05% (cinco por cento) calculado sobre o valor correspondente a 01 (um) mês do Contrato, no caso de inexecução parcial do objeto contratado;

e) 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total; ou na hipótese da CONTRATADA, injustificadamente, desistir do contrato ou der causa à sua rescisão;

19.2. SUSPENSÃO TEMPORÁRIA de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Estadual, por prazo não superior a 03 (três) anos nos termos do inciso III, do artigo 155, §4° da Lei n° 14.133/21.

19.3. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da CONTRATADA perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

19.4. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções, serão assegurados a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

20. ASSINATURAS

Declaro que sou responsável pela elaboração do Termo de Referência, que corresponde à contratação do artista **LEO CABALLERO** para compor a programação da Cavalgada Comitiva Amigos Sem Destino, para constar como anexo ao edital.

Mariana, 02 de setembro de 2025.

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Aprovo o presente Termo de Referência, bem como estou de acordo com todas as informações prestadas nas declarações e assinaturas acima.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

JUSTIFICATIVA DE PREÇO

Para a contratação do show do cantor Leo Caballero, procedeu-se à análise do preço apresentado em orçamento, tomando como base os valores praticados pelo LEONARDO FARIA SANTOS.

A verificação da razoabilidade e adequação do preço foi realizada por meio das notas fiscais emitidas, as quais se encontram dentro do prazo de validade e refletem o preço de mercado praticado para apresentações do artista Leo Caballero. Tais notas fiscais constituem elementos idôneos para a composição do valor a ser contratado, uma vez que correspondem a eventos recentes e asseguram a transparência e a lisura do processo de aquisição do serviço.

Considerando que LEONARDO FARIA SANTOS é o único responsável pela comercialização e intermediação dos shows da artista em questão, resta demonstrada a inexigibilidade de licitação, nos termos do artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a contratação de profissional do setor artístico pode ocorrer diretamente, desde que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Portanto, a contratação do show do artista encontra-se devidamente fundamentada e amparada nos princípios da economicidade, razoabilidade e legalidade, garantindo a conformidade com a legislação vigente.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

022

NOME EMPRESARIAL: LÉO CABALLERO
NOME FANTASIA: LÉO CABALLERO

PROPOSTA COMERCIAL

Mariana, 05 de Setembro de 2025.

À Secretaria Municipal de Cultura,

Venho através desta, encaminhar proposta de apresentação artística conforme detalhamento abaixo, com duração mínima de 02h00 min de show e participação de integrantes, entre técnicos e músicos.

ATRAÇÃO	DATA	HORA	DURAÇÃO	LOCAL
Léo Caballero			02h00min	Mariana-MG

DETALHAMENTO DA PROPOSTA	
DESPESA CACHÊ ARTÍSTICO	R$ 5.000,00
DESPESA TRANSPORTE	-
DESPESA ALIMENTAÇÃO	-
NOTA FISCAL	-
TOTAL GERAL	**R$ 5.000,00**

Proposta válida por 60 dias.

Declaro ainda, que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o Município de Mariana/MG.

Atenciosamente,

Mariana, 05 de Setembro de 2025. gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO FARIA SANTOS
Data: 05/09/2025 13:36:33-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Leonardo Faria Santos
CPF: 110.082.546-06
E-mail: lcproducoes@gmail.com Telefone para contato: 31 98712-4222

CONFERE COM ORIGINAL


LEO CABALLERO
MÍDIA Kit
2025

LÉO CABALLERO

CANTOR COMPOSITOR

LÉO CABALLERO

31 ANOS

em.

Mariana - MG

ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

Dublê

Termos de prazer!

10 ANOS DE CARREIRA



FAZ PARTE DO ESCRITÓRIO
LC PRODUCÕES ARTÍSTICAS
HÁ 5 ANOS

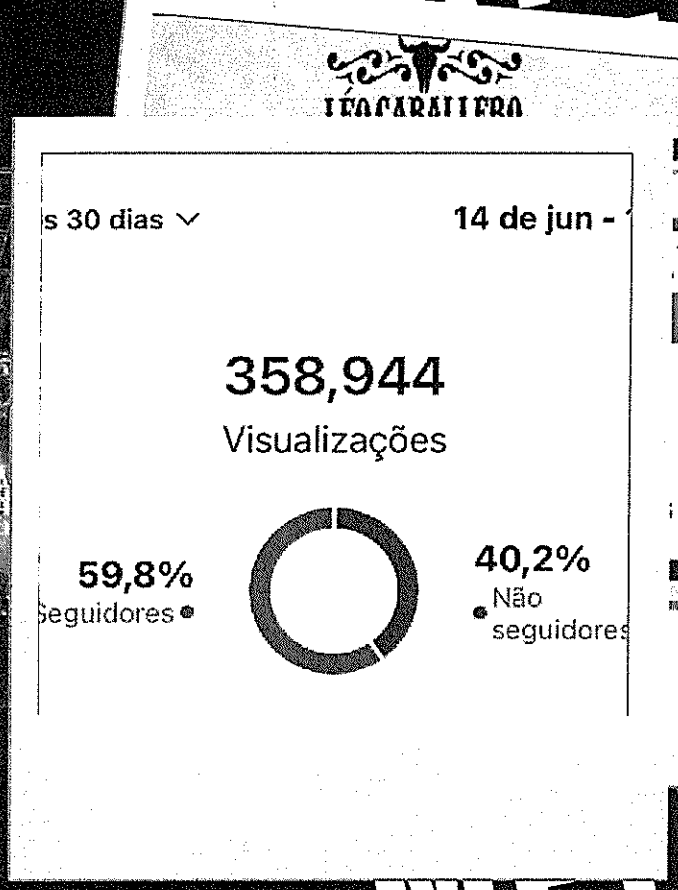
REDES SOCIAIS

CONTAS ALCANÇADAS
JUNHO A JULHO 35,596 mil

SEGUIDORES
JUNHO A JULHO 14,4 mil

IMPRESSÕES
JUNHO A JULHO 358 mil





MÉTRICAS

024

AUDIÊNCIA

MARIANA - MG 30%

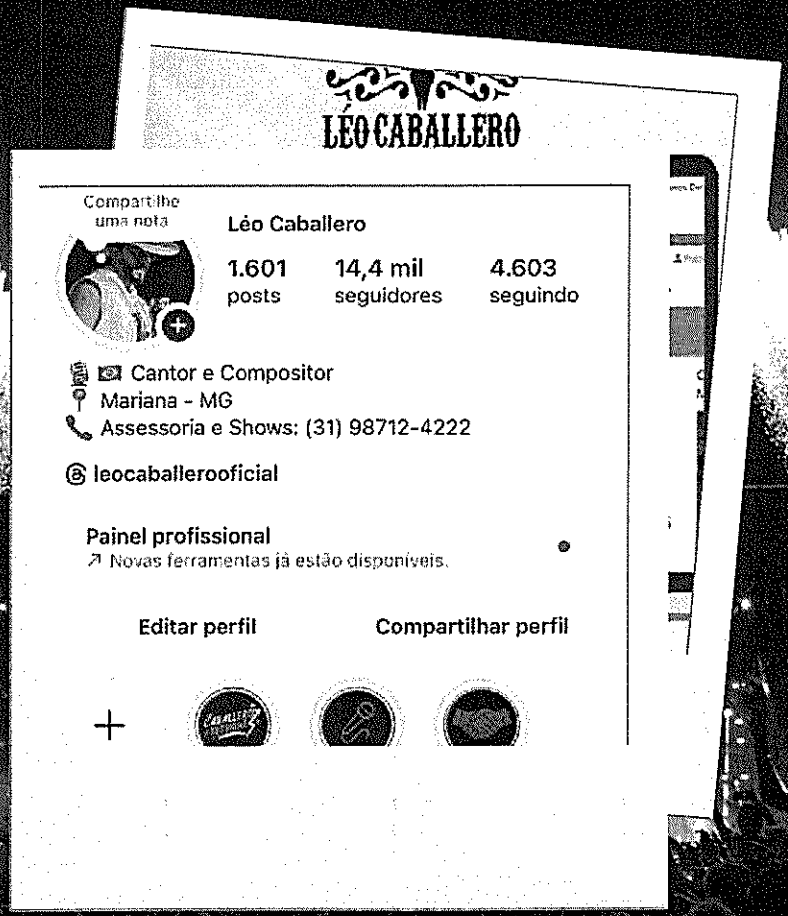
OURO PRETO - MG 22%

BELO HORIZONTE - MG 19%

CONSELHEIRO LAFAIETE - MG 15%

SÃO PAULO - SP 9%

VIÇOSA - MG 5%



25 A 34 ANOS

35 A 44 ANOS

MULHERES %59,6

HOMENS %44,4


PRINCIPAIS
PROJETOS
LÉO CABALLERO

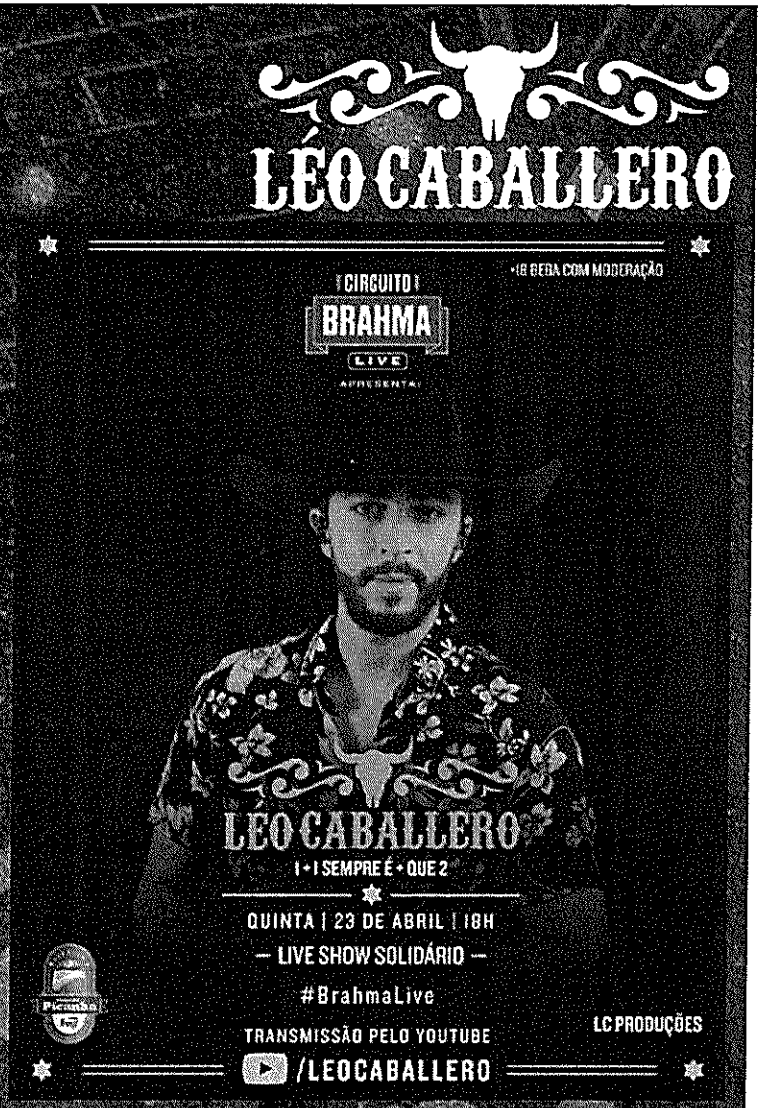
CIRCUITO

BRAHMA

LIVE

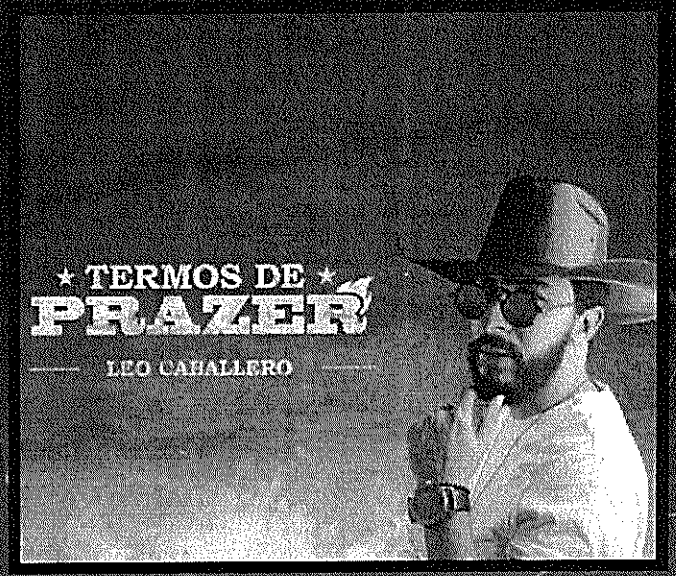
APRESENTA:

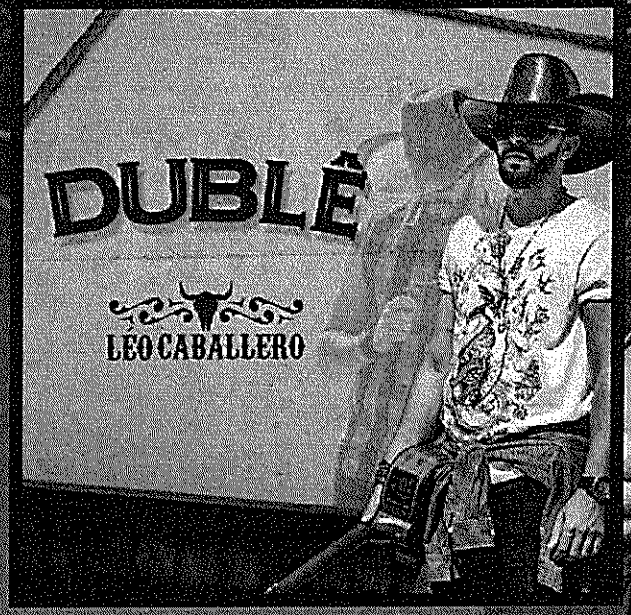


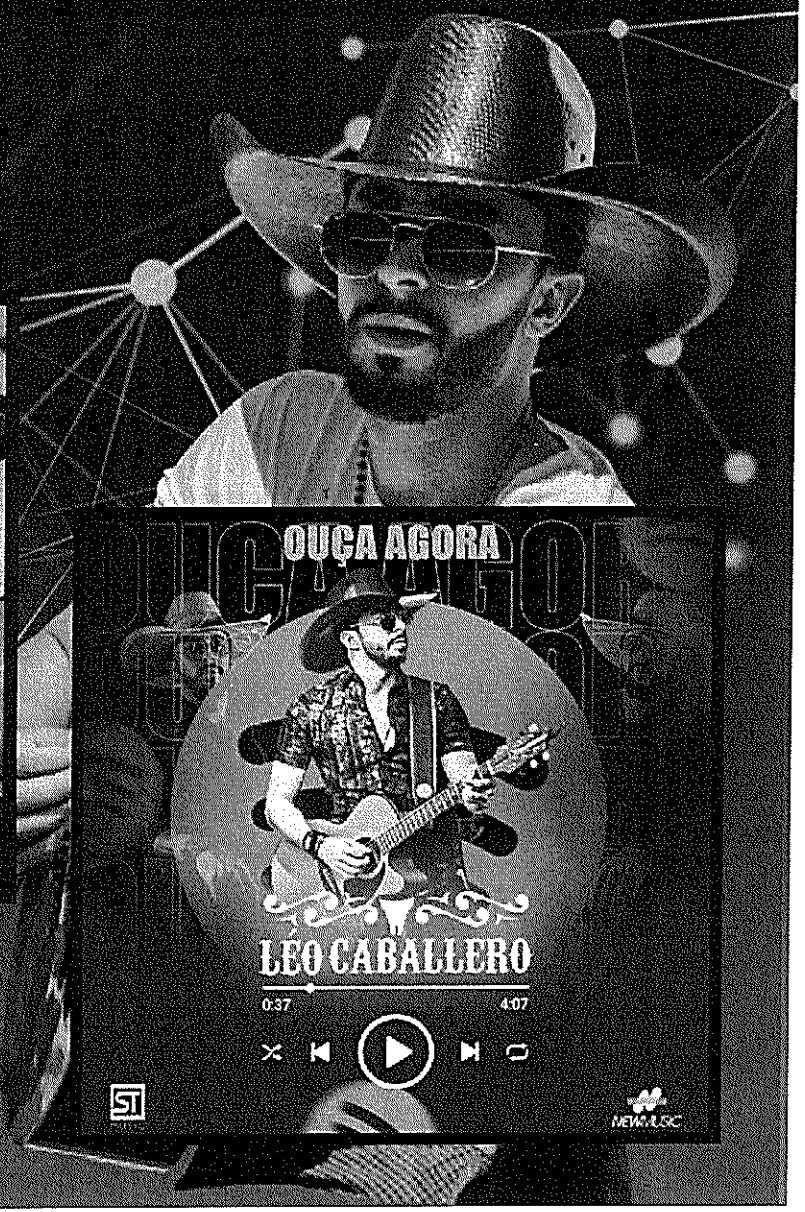



CIRCUITO
BRAHMA
LIVE
APRESENTA:
SÁBADO
03 OUTUBRO
17H
LIVE SHOW
AMIGOS DO LEOZINHO
Artistas confirmados:
Loubet
LEO CABALLERO
LEO & KAIQUE
Realização:
Apoio:
LÉO CABALLERO

LANÇAMENTOS







BRUNO PERDIGÃO
PRODUÇÕES

LÉO CABALLERO

NOTÍCIAS

LÉO CABALLERO

FAMA

Cantor sertanejo Léo Caballero realiza live para ajudar bebê com doença rara a realizar tratamento de R$ 12 milhões

O artista LÉO CABALLERO e sua equipe de produção, sensibilizaram com a causa da pequena Emily, que é uma bebê de 1 ano e já tem uma forte missão: lutar por sua vida em meio ao seu tratamento contra a Amiotrofia Muscular Espinhal Tipo 1 (AME), uma doença degenerativa e extremamente agressiva.

O cantor realizará uma live no dia 25/07 para angariar fundos para Emily, que precisa de um tratamento de mais de 2,5 milhões de dólares.

#bandnews BALADA COUNTRY ATUAL

Programa Balada Country César Resende



Léo Caballero e Gino & Geno

Santo Antônio do Salto é tema de música de Léo Caballero

ago 12, 2024 Igor Varejano



Foto: Arquivo Léo Caballero

O cantor Léo Caballero presenteará o c
Santo Antônio do Salto, Ouro Preto, co
especialmente feita para a localidade. A



LÉO CABALLERO

AB NOTICIA NEWS

Coloque sua equipe em Home Office

CHEGA MOS!

TESTE GRÁTIS POR 5 DIAS

R$49,90

Cantor sertanejo Léo Caballero realiza li
dar bebê com doença rara a realizar trat
12 milhões

LÉO CABALLERO

CLIMATEMPO

Cantor sertanejo Léo Caballero realiza live para ajudar bebê com doença rara a realizar tratamento de R$ 12 milhões

16/07/2020 às 10:24
por: GNHO



MENU R7

26/06/2025 - 16H04 (ATUALIZADO EM 26/06/2025 - 16H05)

A+ A-



No quadro Achamos em Minas desta quinta-feira (26), vamos conhecer um lugar escondido pertinho da cidade histórica de Ouro Preto, o distrito de Santo Antônio do Salto, que fica a cerca de 130 km de Belo Horizonte. O local revela pa
un
pa
Pr



noticias.r7.com

027

PRINCIPAIS APRESENTAÇÕES

LÉO CABALLERO



EXPOMARIANA - MG

DIVINAEXPO - DIVINÓPOLIS - MG



LÉO CABALLERO

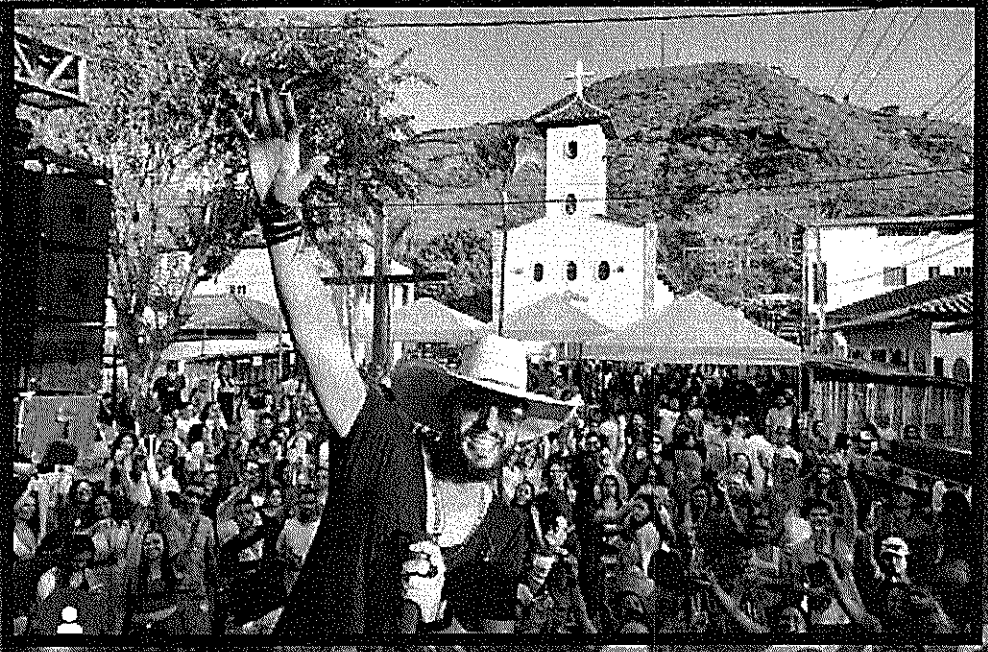
EXPOMINAS BH



FESTA DA CIDADE - GUARACIABA - MG



FESTA DA CULTURA E CULINÁRIA TÍPICA DE SANTO ANTÔNIO DO SALTO - MG



ARRAIAL DA CONFRARIA CAPIM CANELA - MARIANA - MG



GRAVAÇÃO 1° POCKET DVD - CABALLERO SESSIONS



029


GRAVAÇÃO 1° POCKET DVD - CABALLERO SESSIONS
QUINTAL
#CABALLERO SESSIONS


CABALLERO
SESSIONS
GRAVACAÇÃO DO PROXIMO LANÇAMENTO
"COMBO, VODKA E REVOADA"

EMPRESAS PATROCINADORAS DO CABALLERO SESSIONS



EMPRESAS PATROCINADORAS DO CABALLERO SESSIONS



NOTÍCIAS



30 anos
JORNAL & TV
PONTO FINAL
RESPEITO À VOCÊ

Lei obriga empresas a informar sobre temporários e população flutuante

PÁGINA 19

Oftalmologia clínica e cirúrgica
ÍNDAIÁ

Caballero Sessions: Um marco na trajetória de Léo Caballero.

PÁGINA 12



Caballero Sessions: Um marco na trajetória de Léo Caballero

ESTREIA. Produção da LC Produções marca o início de uma nova fase na carreira do artista e reforça o compromisso com a música autoral e a valorização da cultura local.




LANÇAMENTO EM BREVE
#CABALLERO SESSIONS
DEEZER
MUSIC
amazon music


LÉO CABALLERO
ACOMPANHE NOSSO TRABALHO
@LEOCABALLEROOFICIAL
CONTATO: (31) 98712-4222

LÉO CABALLERO

RIDER TÉCNICO

CHEGADA:

O Acesso ao local deve estar desimpedido, sendo que em caso de existência de barreiras de quaisquer tipos, os responsáveis deverão ser avisados com antecedência da chegada da equipe ou então as credenciais adequadas deverão ser emitidas e entregues com antecedência ao responsável pela equipe Léo Caballero. É necessária a presença do responsável pelo evento ou responsável por recepcionar a equipe durante todo o período em que a equipe técnica do artista estiver no palco trabalhando.

ESTACIONAMENTO:

Deverá ser providenciado estacionamento o mais próximo possível do palco ou da entrada da seção reservada do evento de maneira que, como utilizamos para transporte de nosso material um ônibus, seja possível a carga / descarga do equipamento com tranquilidade.
OBS: Deverão ser fornecidos 06 (SEIS) carregadores "em condições de trabalho" para carga e descarga.

PALCO:

O palco deverá ter "cobertura total" da área p/ montagem de grid, e estar desimpedido e pronto quando a equipe técnica chegar para montagem dos equipamentos e preparação para a passagem de som. Os itens do backline descritos na Lista de Equipamentos já deverão estar disponíveis e funcionando no momento da chegada da equipe. Favor providenciar para que o palco esteja limpo, totalmente cercado e montado s/ desníveis.

Camarins:

Tanto no momento da passagem de som, como antes, e exatamente após a apresentação de Léo Caballero, deverá estar disponível os camarins. Os camarins deverão estar localizados atrás do palco e possuir banheiro, cesto de lixo e chaves. As chaves dos camarins deverão ficar em poder da produção da equipe. A utilização dos camarins e banheiros deverá ser feita exclusivamente pela produção do cantor.

Requisitos técnicos:

LISTA DE EQUIPAMENTOS

P.A.

- 01 console digital com iluminação, modelos: YAMAHA: M7, LS9, X32, SOUNDCRAFT: VI Series.
- O sistema de P.A. deverá ser compatível com a área a ser sonorizada, que seja capaz de produzir uma cobertura com a menor diferença possível em SPL, e em resposta de frequências em toda a área a ser sonorizada, e em perfeitas condições de manutenção, dando preferência as marcas: JBL, Nexo, Adamson, D&B, EAW, Meyer, LAcoustics e Norton. Nacionais: Ls Audio, Fz Audio, Attack e Taigar.
- Evitar ao máximo os cancelamentos de baixas frequências, para isso, usar o uso correto de arranjos de sub para o local a ser sonorizado.
- Caso o espaço para o público ultrapasse a distância coberta pelo P.A. principal, será necessário o uso de um sistema de Delay.
- Caso o espaço seja muito largo, com perda de cobertura nas laterais, deverá ser montado um sistema de Out Fill.
- Caso os lados do PA estejam muito distantes, não cobrindo satisfatoriamente os primeiros metros em frente ao palco, deverá ser montado um sistema de Front Fill.
- **A House Mix deverá ser segura e totalmente protegida de chuva, cercada com altura máxima de 20 cm do chão, coberta, iluminada e montada centralizada em relação ao palco, a uma distância entre 1 e 1,5 vezes a distância entre um P.A. e outro.**

MONITOR

- 01 console digital com 24 OUT's, e com iluminação, modelos: YAMAHA: M7, LS9, X32, SOUNDCRAFT: VI Series.
- 01 Sub para bateria com 2x18.
- 01 Side Fill estéreo
- 02 Monitores: SM400.
- 08 Pontos de AC, entre 110V à 127V, em 60 Hz estabilizados.
- 01 Sistema de comunicação entre a House Mix e o monitor INDISPENSÁVEL.

BACKLINE

- 03 praticáveis Rosco ou Feeling - 2x1 com altura regulável, (em festival que os mesmos tenham rodinhas) sendo a montagem feita como descrito no mapa de palco.
- 01 amplificador de guitarra modelo Fender Twin ou Marshall JCM900, 800 ou 2000. • 01 amplificador de baixo modelo GK, Hartke Systems ou Ampeg.
- 06 Microfones para comunicação de acordo com o input list.
- 02 Microfones S/Fio de acordo com o input list.
- Cabos e sub snake necessários para ligar todo o input.
- 24 pedestais (20 do input list, mais 4 para antenas externas).
- 01 POWER PLAY
- 01 INEAR PCM900

O sistema de energia, rede ou grupo-gerador, deverá estar dimensionado de acordo com a carga (dado este fornecido pelas empresas de locação de som e luz), estando assim disponíveis com no mínimo 02 horas de antecedência do sound check.

A empresa de som deverá disponibilizar funcionários que saibam ligar todo o equipamento de som, desde a hora da chegada do equipamento até o término do show, sendo que todo o equipamento de som e luz deverá estar montado 02 horas antes do sound check.

INPUT LINE LEO CABALLERO

CANAL	INSTRUMENTO	MICROFONE / DI	PEDESTAL	PATCH
1	BUMBO	BETA 52	BABY	A1
2	CAIXA 1	SM 57	CLAMP	A2
3	ESTERIRA CAIXA 1	SM 57	CLAMP	A3
4	CAIXA 2	SM 57	CLAMP	A4
5	HIHAT	SM 81	MEDIO	A5
6	TOM 1	E604	********	A6
7	TOM 2	E604	********	A7
8	TOM 3	E604	********	A8
9	SURDO	E604	********	A9
10	OVER L	SM81	GRANDE	A10
11	OVER R	SM81	GRANDE	A11
12	CONGA H	SM 57	GRANDE	B1
13	CONGA L	SM 57	GRANDE	B2
14	TIMBAL	SM 57	GRANDE	B3
15	BONGO	SM 58	GRANDE	B4
16	BACURIAS	SM 57	MEDIO	B5
17	RONTONTON	SM 57	MEDIO	B6
18	EFEITOS	SM 81	GRANDE	B7
19	PAD L	DI	********	B8
20	PAD R	DI	********	B9
21	BAIXO	DI	********	C1
22	GUITARRA	SM 57	BABY	B10
23	VS L	DI	********	C2
24	VS R	DI	********	C3
25	CLICK	DI	********	C4
26	VOZ INTERNA BATERIA	SM 58	GRANDE	C5
27	VOZ INTERNA LEO	SM 58	GRANDE	C6
28	VIOLAO LEO	DI	********	C7
29	VOZ LEO	SEM FIO	GRANDE	
	VOZ STBY LEO	SEM FIO	********	

LÉO CABALLERO

MAPA DE PALCO



Os detalhes técnicos a seguir devem ser seguidos com cuidado. Se houver qualquer tipo de problema ou dúvida com relação a tais detalhes, por favor não hesite em contatar:

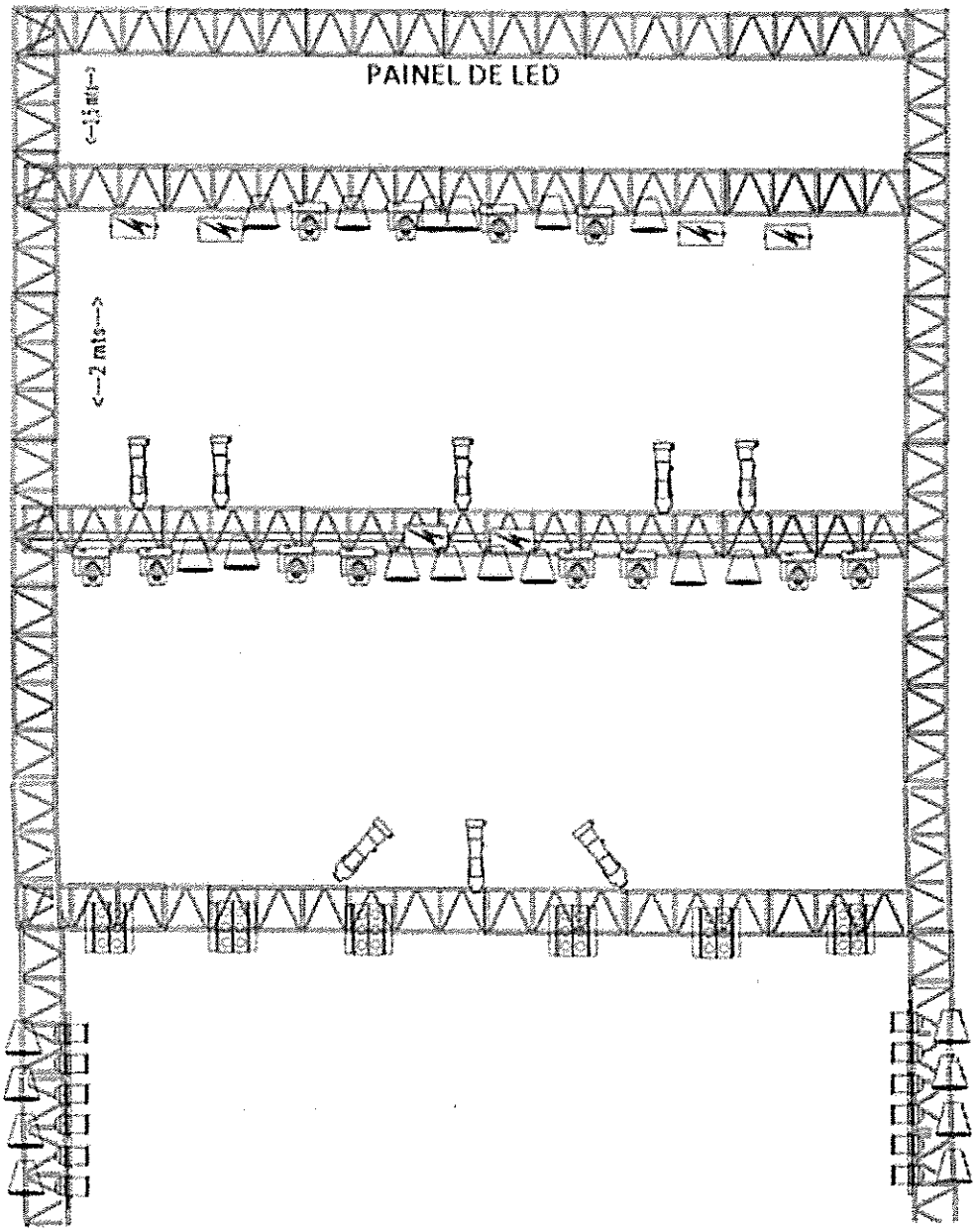
Dúvidas e Esclarecimentos: Leandro Zordan–

Produtor técnico (31)97316-2477 (WhatsApp) / (31)99972-9343

Sempre que possível, enviar o contra rider no e-mail: zordanleandro@gmail.com

LÉO CABALLERO

RIDE DE ILUMINAÇÃO



Rider aéreo

12 Beam 200

22 Par Led 3W

6 Atomic 3000W

8 Elipsoidal

2 Araras Foco 5

RELAÇÃO DE MATERIAL DE ILUMINAÇÃO

- Estrutura em Q30 e/ou Q50 com 10x8x6 mts, conforme mapa de luz INDISPENSÁVEL.
- 12 moving head Beam 200 5R Elation, Rush ou Raptor-DTS.
- 22 Par led de 3 watts RGBWA.
- 06 Atômic 3000.
- 08 Elipsoidal com íris.
- 12 Par 64 foco 05.
- Gelatinas para lâmpadas par 64 - correção 61.
- 06 Mini brutt de 6 lâmpadas.
- 02 Máquinas de fumaça DMX com líquido e ventilador.
- 1 Splitter 4/16.
- 1 Rack Pro Power.
- 01 Console de iluminação Grand M2.
- 01 Multicabo somente para o sistema de luz - palco/house mix.
- Luz de serviço INDISPENSÁVEL.

◆ As par led's, elipsoidal's, e atomic's, devem ser montados na parte de cima da Q30 ou Q50, pois a montagem do cenário será na parte de baixo da mesma. A estrutura deverá estar a 1.50mts do piso.

◆ Serão indispensáveis todas as Q30 e Q50 do cenário para luz e led.

Os detalhes técnicos a seguir devem ser seguidos com cuidado.

Se houver qualquer tipo de problema ou dúvida, por favor, não hesite em contatar:
Dúvidas e Esclarecimentos:

Leandro Zordan (Produtor técnico)

(31)97316-2477 (whatsapp) / (31)99972-9343

PRODUÇÕES

PREFEITURA DE MARIANA
Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer

DECLARAÇÃO

Declaro, para devidos fins, que LEONARDO FARIA SANTOS, inscrito no CPF sob o n° 110.082.546-06 representantes exclusivo do artista Leo Caballero, preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para contratação por inexigibilidade de licitação, em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

DECLARAÇÃO QUE NÃO É SERVIDOR PÚBLICO

Leonardo Faria Santos,

Brasileiro, solteiro, cantor, portador do CPF nº 110.082.546-06 e do RG nº MG 15.473.095, residente e domiciliado à Rua Taxista Joãozinho Vieira, 880, Centro, Mariana - MG,

DECLARA que:

Não exerce cargo, emprego ou função pública em qualquer esfera da Administração Pública direta ou indireta (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios);

Não possui vínculo como servidor público envolvido direta ou indiretamente na licitação, que configure impedimento nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Tem ciência de que a falsidade desta declaração poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na referida legislação, incluindo a inabilitação no certame, além das sanções penais cabíveis.

Por ser verdade, firma a presente para que produza seus efeitos legais.

Mariana, 07 de Agosto de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO FARIA SANTOS
Data: 07/08/2025 14:55:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

[Nome do declarante]

CONFERE COM ORIGINAL

Carteira de Identidade

Compartilhado pelo aplicativo **gov.br**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado de Minas Gerais
Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Nome / Name
LEONARDO FARIA SANTOS

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number
110.082.546-06

Sexo / Sex
M

Data de Nascimento / Date of Birth
16/08/1992

Nacionalidade / Nationality
BRA

Naturalidade / Place of Birth
MARIANA/MG

Data de Validade / Date of Expiry
11/12/2034

Assinatura do Portador / Signature

Filiação / Filiation
CLAUDIA DE FARIA SANTOS

HELDER MARCIO VASCONCELLOS SANTOS

Órgão Expedidor / Card Issuer
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO / PCMG



Local / Place of Issue
BELO HORIZONTE

Data de Emissão / Issue Date
11/12/2024

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature

IDBRA11008254691100825460 6<<<7
9208164M3412112BRA<<<<<<<<<<<0
FARIA<SANTOS<<LEONARDO<<<<<<<<

Título de eleitor
1906975530299

Tipo sanguíneo/ Fator RH

Estado civil
SOLTEIRO(A)

Doador de Órgãos
NÃO

Assinatura

Certidão de Nasc/ Casamento/ Averb. Divórcio
NASC A-4035857-01-55-1992-1-00037-015-0007-13074 MARIANA-MG

CNH
06458167457

Categoria
B

PIS / PASEP
20039262418

NIS

NIT

Carteira de trabalho
93217264 MG

DNI

CNS

Observação de Saúde

QR Code

Verifique a autenticidade do documento lendo o QR code com o aplicativo Vio.

Documento de Identificação

Este documento digital pode ser utilizado para sua identificação, não sendo necessária a apresentação de documento complementar, conforme Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.

CONFERE COM ORIGINAL

LÉO CABALLERO

RIDER TÉCNICO

CHEGADA:

O Acesso ao local deve estar desimpedido, sendo que em caso de existência de barreiras de quaisquer tipos, os responsáveis deverão ser avisados com antecedência da chegada da equipe ou então as credenciais adequadas deverão ser emitidas e entregues com antecedência ao responsável pela equipe Léo Caballero. É necessária a presença do responsável pelo evento ou responsável por recepcionar a equipe durante todo o período em que a equipe técnica do artista estiver no palco trabalhando.

ESTACIONAMENTO:

Deverá ser providenciado estacionamento o mais próximo possível do palco ou da entrada da seção reservada do evento de maneira que, como utilizamos para transporte de nosso material um ônibus, seja possível a carga / descarga do equipamento com tranquilidade.
OBS: Deverão ser fornecidos 06 (SEIS) carregadores "em condições de trabalho" para carga e descarga.

PALCO:

O palco deverá ter "cobertura total" da área p/ montagem de grid, e estar desimpedido e pronto quando a equipe técnica chegar para montagem dos equipamentos e preparação para a passagem de som. Os itens do backline descritos na Lista de Equipamentos já deverão estar disponíveis e funcionando no momento da chegada da equipe. Favor providenciar para que o palco esteja limpo, totalmente cercado e montado s/ desníveis.

Camarins:

Tanto no momento da passagem de som, como antes, e exatamente após a apresentação de Léo Caballero, deverá estar disponível os camarins. Os camarins deverão estar localizados atrás do palco e possuir banheiro, cesto de lixo e chaves. As chaves dos camarins deverão ficar em poder da produção da equipe. A utilização dos camarins e banheiros deverá ser feita exclusivamente pela produção do cantor.

Requisitos técnicos:

LISTA DE EQUIPAMENTOS

P.A.

- 01 console digital com iluminação, modelos: YAMAHA: M7, LS9, X32, SOUNDCRAFT: VI Series.
- O sistema de P.A. deverá ser compatível com a área a ser sonorizada, que seja capaz de produzir uma cobertura com a menor diferença possível em SPL, e em resposta de frequências em toda a área a ser sonorizada, e em perfeitas condições de manutenção, dando preferência as marcas: JBL, Nexo, Adamson, D&B, EAW, Meyer, LAcoustics e Norton. Nacionais: Ls Audio, Fz Audio, Attack e Taigar.
- Evitar ao máximo os cancelamentos de baixas frequências, para isso, usar o uso correto de arranjos de sub para o local a ser sonorizado.
- Caso o espaço para o público ultrapasse a distância coberta pelo P.A. principal, será necessário o uso de um sistema de Delay.
- Caso o espaço seja muito largo, com perda de cobertura nas laterais, deverá ser montado um sistema de Out Fill.
- Caso os lados do PA estejam muito distantes, não cobrindo satisfatoriamente os primeiros metros em frente ao palco, deverá ser montado um sistema de Front Fill.
- **A House Mix deverá ser segura e totalmente protegida de chuva, cercada com altura máxima de 20 cm do chão, coberta, iluminada e montada centralizada em relação ao palco, a uma distância entre 1 e 1,5 vezes a distância entre um P.A. e outro.**

MONITOR

- 01 console digital com 24 OUT's, e com iluminação, modelos: YAMAHA: M7, LS9, X32, SOUNDCRAFT: VI Series.
- 01 Sub para bateria com 2x18.
- 01 Side Fill estéreo
- 02 Monitores: SM400.
- 08 Pontos de AC, entre 110V à 127V, em 60 Hz estabilizados.
- 01 Sistema de comunicação entre a House Mix e o monitor INDISPENSÁVEL.

BACKLINE

• 03 praticáveis Rosco ou Feeling - 2x1 com altura regulável, (em festival que os mesmos tenham rodinhas) sendo a montagem feita como descrito no mapa de palco.
• 01 amplificador de guitarra modelo Fender Twin ou Marshall JCM900, 800 ou 2000. • 01 amplificador de baixo modelo GK, Hartke Systems ou Ampeg.
• 06 Microfones para comunicação de acordo com o input list.
• 02 Microfones S/Fio de acordo com o input list.
• Cabos e sub snake necessários para ligar todo o input.
• 24 pedestais (20 do input list, mais 4 para antenas externas).
• 01 POWER PLAY
• 01 INEAR PCM900

O sistema de energia, rede ou grupo-gerador, deverá estar dimensionado de acordo com a carga (dado este fornecido pelas empresas de locação de som e luz), estando assim disponíveis com no mínimo 02 horas de antecedência do sound check.

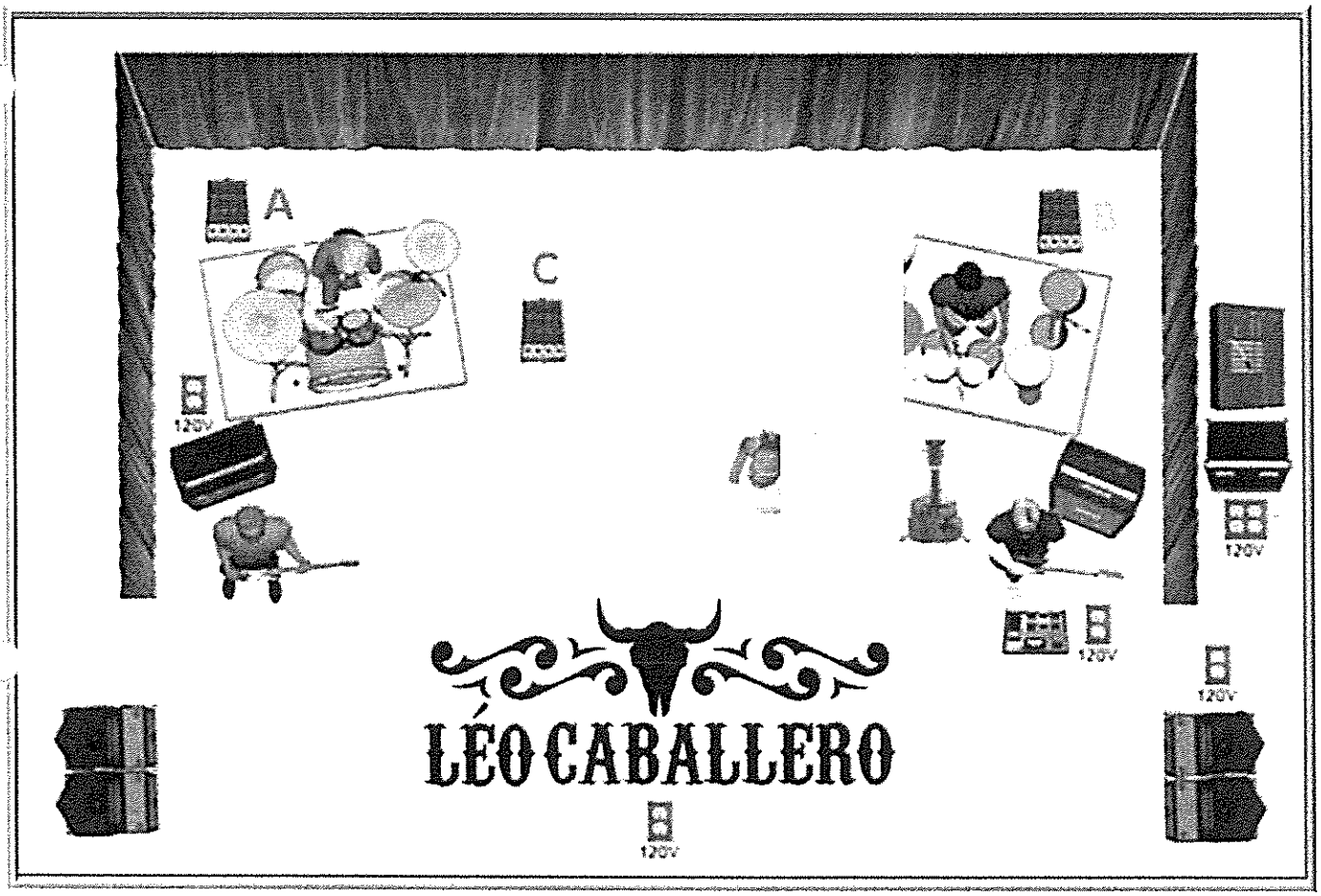
A empresa de som deverá disponibilizar funcionários que saibam ligar todo o equipamento de som, desde a hora da chegada do equipamento até o término do show, sendo que todo o equipamento de som e luz deverá estar montado 02 horas antes do sound check.

INPUT LINE LEO CABALLERO

CANAL	INSTRUMENTO	MICROFONE / DI	PEDESTAL	PATCH
1	BUMBO	BETA 52	BABY	A1
2	CAIXA 1	SM 57	CLAMP	A2
3	ESTERIRA CAIXA 1	SM 57	CLAMP	A3
4	CAIXA 2	SM 57	CLAMP	A4
5	HIHAT	SM 81	MEDIO	A5
6	TOM 1	E604	********	A6
7	TOM 2	E604	********	A7
8	TOM 3	E604	********	A8
9	SURDO	E604	********	A9
10	OVER L	SM81	GRANDE	A10
11	OVER R	SM81	GRANDE	A11
12	CONGA H	SM 57	GRANDE	B1
13	CONGA L	SM 57	GRANDE	B2
14	TIMBAL	SM 57	GRANDE	B3
15	BONGO	SM 58	GRANDE	B4
16	BACURIAS	SM 57	MEDIO	B5
17	RONTONTON	SM 57	MEDIO	B6
18	EFEITOS	SM 81	GRANDE	B7
19	PAD L	DI	********	B8
20	PAD R	DI	********	B9
21	BAIXO	DI	********	C1
22	GUITARRA	SM 57	BABY	B10
23	VS L	DI	********	C2
24	VS R	DI	********	C3
25	CLICK	DI	********	C4
26	VOZ INTERNA BATERIA	SM 58	GRANDE	C5
27	VOZ INTERNA LEO	SM 58	GRANDE	C6
28	VIOLAO LEO	DI	********	C7
29	VOZ LEO	SEM FIO	GRANDE	
	VOZ STBY LEO	SEM FIO	********	

LÉO CABALLERO

MAPA DE PALCO



Os detalhes técnicos a seguir devem ser seguidos com cuidado. Se houver qualquer tipo de problema ou dúvida com relação a tais detalhes, por favor não hesite em contatar:

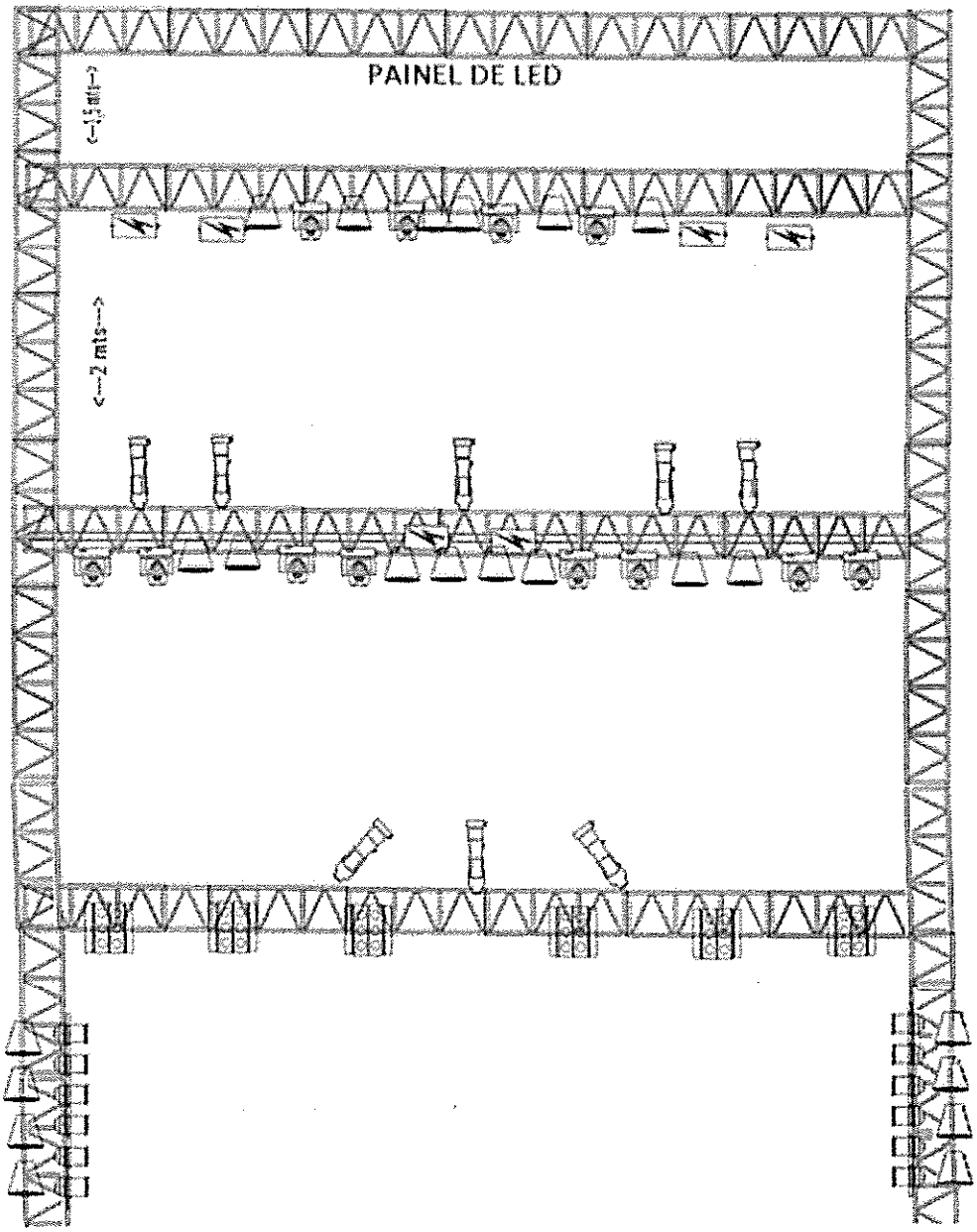
Dúvidas e Esclarecimentos: Leandro Zordan–

Produtor técnico (31)97316-2477 (WhatsApp) / (31)99972-9343

Sempre que possível, enviar o contra rider no e-mail: zordanleandro@gmail.com

LÉO CABALLERO

RIDE DE ILUMINAÇÃO



Rider aéreo

12 Beam 200

22 Par Led 3W

6 Atomic 3000W

8 Elipsoidal

2 Araras Foco 5

RELAÇÃO DE MATERIAL DE ILUMINAÇÃO

- Estrutura em Q30 e/ou Q50 com 10x8x6 mts, conforme mapa de luz INDISPENSÁVEL.
- 12 moving head Beam 200 5R Elation, Rush ou Raptor-DTS.
- 22 Par led de 3 watts RGBWA.
- 06 Atômic 3000.
- 08 Elipsoidal com íris.
- 12 Par 64 foco 05.
- Gelatinas para lâmpadas par 64 - correção 61.
- 06 Mini brutt de 6 lâmpadas.
- 02 Máquinas de fumaça DMX com líquido e ventilador.
- 1 Splitter 4/16.
- 1 Rack Pro Power.
- 01 Console de iluminação Grand M2.
- 01 Multicabo somente para o sistema de luz - palco/house mix.
- Luz de serviço INDISPENSÁVEL.

♦ As par led's, elipsoidal's, e atomic's, devem ser montados na parte de cima da Q30 ou Q50, pois a montagem do cenário será na parte de baixo da mesma. A estrutura deverá estar a 1.50mts do piso.

♦ Serão indispensáveis todas as Q30 e Q50 do cenário para luz e led.

Os detalhes técnicos a seguir devem ser seguidos com cuidado.

Se houver qualquer tipo de problema ou dúvida, por favor, não hesite em contatar:
Dúvidas e Esclarecimentos:

Leandro Zordan (Produtor técnico)

(31)97316-2477 (whatsapp) / (31)99972-9343

PRODUÇÕES

PREFEITURA DE MARIANA
Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo e Lazer

DECLARAÇÃO

Declaro, para devidos fins, que LEONARDO FARIA SANTOS, inscrito no CPF sob o n° 110.082.546-06 representantes exclusivo do artista Leo Caballero, preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para contratação por inexigibilidade de licitação, em atendimento ao disposto no artigo 72, V, da Lei 14.133/2021.

Marcos Eduardo Batista
Secretário de Patrimônio Cultural e Turismo

DECLARAÇÃO QUE NÃO É SERVIDOR PÚBLICO

Leonardo Faria Santos,

Brasileiro, solteiro, cantor, portador do CPF nº 110.082.546-06 e do RG nº MG 15.473.095, residente e domiciliado à Rua Taxista Joãozinho Vieira, 880, Centro, Mariana - MG,

DECLARA que:

Não exerce cargo, emprego ou função pública em qualquer esfera da Administração Pública direta ou indireta (União, Estados, Distrito Federal ou Municípios);

Não possui vínculo como servidor público envolvido direta ou indiretamente na licitação, que configure impedimento nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

Tem ciência de que a falsidade desta declaração poderá ensejar a aplicação das sanções previstas na referida legislação, incluindo a inabilitação no certame, além das sanções penais cabíveis.

Por ser verdade, firma a presente para que produza seus efeitos legais.

Mariana, 07 de Agosto de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO FARIA SANTOS
Data: 07/08/2025 14:55:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

[Nome do declarante]

CONFERE COM ORIGINAL

Carteira de Identidade

Compartilhado pelo aplicativo **gov.br**

042

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
GOVERNO FEDERAL
Estado de Minas Gerais
Polícia Civil do Estado de Minas Gerais

CARTEIRA DE IDENTIDADE



Nome / Name
LEONARDO FARIA SANTOS

Nome Social / Social Name

Registro Geral - CPF / Personal Number
110.082.546-06

Sexo / Sex
M

Data de Nascimento / Date of Birth
16/08/1992

Nacionalidade / Nationality
BRA

Naturalidade / Place of Birth
MARIANA/MG

Data de Validade / Date of Expiry
11/12/2034

Assinatura do Portador / Holder's Signature

Filiação / Filiation
CLAUDIA DE FARIA SANTOS

HELDER MARCIO VASCONCELOS SANTOS



Órgão Expedidor / Card Issuer
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO / PCMG

Local / Place of Issue
BELO HORIZONTE

Data de Emissão / Issue Date
11/12/2024

Assinatura do Expedidor / Card Issuer Signature

IDBRA11008254691100825460 6<<<7
9208164M3412112BRA<<<<<<<<<<<0
FARIA<SANTOS<<LEONARDO<<<<<<<<

Título de eleitor
199697530299

Tipo sanguíneo / Fator Rh

Estado civil
SOLTEIRO(A)

Doador de Órgãos
NÃO

Assinatura

Certidão de Nasc/ Casamento/ Averb. Divórcio
NASC AV035857015519921000370150007 13074 MARIANA MG

CNH
06458167457

Categoria
B

PIS / PASEP
30009202418

NIS

NIT

Carteira de trabalho
93217264084G

DNI

CNS

Observação de Saúde

QR Code

Verifique a autenticidade do documento lendo o QR code com o aplicativo Vio.

Documento de Identificação

Este documento digital pode ser utilizado para sua identificação, não sendo necessária a apresentação de documento complementar, conforme Decreto nº 10.977, de 23 de fevereiro de 2022.

CONFERE COM ORIGINAL

043

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

M G

NOME
LEONARDO FARIA SANTOS

DOC. IDENTIDADE/ORG EMISSOR/UF
MG15472095 SSP MG

CPF
110.082.546-06

DATA NASCIMENTO
16/08/1992

FILIAÇÃO
HELDER MARCIO VASCONCELOS S ANTOS
CLAUDIA DE FARIA SANTOS

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
B

Nº REGISTRO
06599187459

VALIDADE
24/09/2026

1ª HABILITAÇÃO
11/09/2015

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2138812473

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
MARIANA, MG

DATA EMISSÃO
25/09/2020

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

05434611149
MG581383109

MINAS GERAIS

DENATRAN CONTRAN

2138812473

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

CONFERE COM ORIGINAL

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP
200.39262.41-8

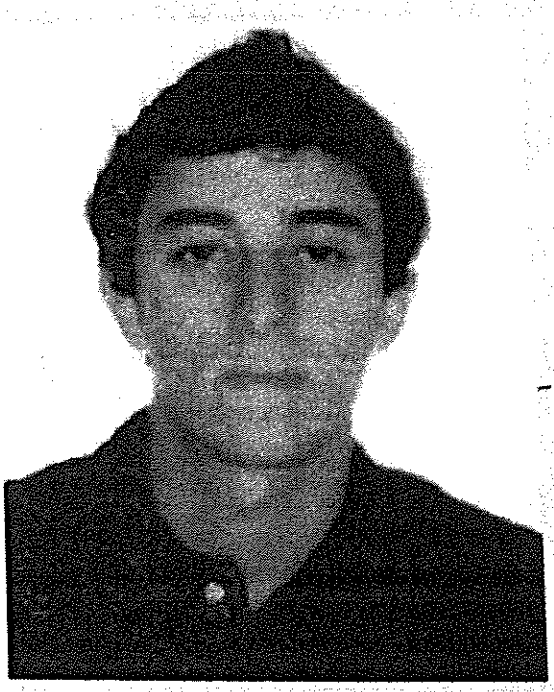
NÚMERO
9321726

SÉRIE
0040

UF
MG

Leonardo Faria Santos

ASSINATURA DO TITULAR



VALID



CONFERE COM ORIGINAL

SICOOB

SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL

PLATAFORMA DE SERVIÇOS FINANCEIROS DO SICOOB – SISBR

07/08/2025 **EXTRATO CONTA CORRENTE** 12:29:32

COOP.: 4027-4 / SICOOB CREDICOM

CONTA: 28.891.750-2 / LEONARDO FARIA SANTOS

PERÍODO: 01/08/2025 - 07/08/2025

CONFERE COM ORIGINAL

Claro

LEONARDO FARIA SANTOS
R TAXISTA JOAOZINHO VIEIRA 880
VILA DO CARMO
35420-169 MARIANA MG

Seu número Claro
31 98317 2672

Período de uso
de 03/06/2025 a 02/07/2025

Vencimento
20/07/2025

Veja aqui o que está sendo cobrado:

1. Plano Contratado	R$ 70,51
2. Outros Lançamentos	R$ 57,93

Total a pagar **R$ 128,44**

CANAIS DE ATENDIMENTO:
Acesse sua conta e outros serviços:
No app Minha Claro / No Whatsapp 11999910621
Na internet - minhaclaro.claro.com.br
Pelo celular *1052# / No Atendimento Claro 1052 / Ouvidoria - Ligue 0800701 0180
Fatura em braile ligue 1052 | Deficiente auditivo ou surdo acesse www.claro.com.br/minha-claro

CONFERE COM ORIGINAL

046

047

Data: 07/08/2025 12h19min

Estado de Minas Gerais
MUNICÍPIO DE MARIANA
Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança
(31) 3557-9079

Número	Validade
14103	05/11/2025

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

LEONARDO FARIA SANTOS CPF: 110.***.***-06

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à	Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWNRWYBVVLHYSME1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.
https://www.mariana.mg.gov.br/

Mariana (MG), 07 de Agosto de 2025

JUSCELINO KUBITSCHEK, S/N - Centro
Mariana (MG) - CEP: 35420000 - Fone:3135579000

CONFERE COM ORIGINAL

SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS

Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM: 07/08/2025

CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 05/11/2025

: LEONARDO FARIA SANTOS

CPF: 110.082.546-06		
ADOURO: RUA TAXISTA JOAOZINHO VIEIRA		NÚMERO: 880
LEMENTO:	BAIRRO: VILA DO CARMO	CEP: 35420169
ITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: MARIANA	UF: MG

lvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas nsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certific

o constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e, cacia Geral do Estado;

caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em a paração judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública lo de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão nento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

lão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários o passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

ENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

enticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado p etaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov. => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000902663354

CONFERE COM ORIGINAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LEONARDO FARIA SANTOS
CPF: 110.082.546-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:38:33 do dia 11/03/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 07/09/2025.
Código de controle da certidão: **C3A1.F37C.D509.8CA3**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CONFERE COM ORIGINAL

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número do RPS	Número da nota
	202400000000001

Data da emissão da nota: 04/10/2024 13:41:26

Data do fato gerador: 04/10/2024 13:41:26

Código de verificação: HW8XUUKR0

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia:

Nome/Razão social: LEONARDO FARIA SANTOS

Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 110.082.546-06 Inscrição municipal: Telefone: (31) 98317-2672

Endereço: R TAXISTA JOAOZINHO VIEIRA Número: 880 Bairro: VILA DO CARMO CEP: 35420-169

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: leonardovet.wf@hotmail.com Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: Prefeitura Municipal de Mariana

Nome/Razão social: MUNICIPIO DE MARIANA

CPF/CNPJ: 18.295.303/0001-44 Inscrição municipal: Inscrição estadual:

Endereço: JUSCELINO KUBITSCHEK Número: S/N Bairro: CENTRO CEP: 35420-003

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Telefone: (31) 3557-9000 Celular:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo (%)	ISS
Apresentação de show no distrito de Bandeirantes, Mariana - MG na data 27/09/2024 de forma presencial atendendo às festividades e eventos propostos no calendário cultural oficial do município .	5.000,0000	1,0000	5.000,0000	5.000,00x5,00 =	0,00

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	5.000,00								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 5.000,00 **Valor líquido = R$ 5.000,00**

Códigos dos serviços:

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Normal

Local da prestação do serviço: Mariana

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces

Situação desta NFS-e: Normal

Prestador de Serviço com enquadramento fixo do ISS.

Valor aproximado do tributo federal - R$ 672,50 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 148,00 (2,96%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

CONFERE COM ORIGINAL

Esta nota fiscal não foi assinada digitalmente.

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número do RPS	Número da nota
	202500000000001

Data da emissão da nota: 03/02/2025 07:13:40

Data do fato gerador: 03/02/2025 07:13:40

Código de verificação: 5BDEXN1AL

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia:

Nome/Razão social: LEONARDO FARIA SANTOS

Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 110.082.546-06 Inscrição municipal: Telefone: (31) 98317-2672

Endereço: R TAXISTA JOAOZINHO VIEIRA Número: 880 Bairro: VILA DO CARMO CEP: 35420-169

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: leonardovet.wf@hotmail.com Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: Prefeitura Municipal de Mariana

Nome/Razão social: MUNICIPIO DE MARIANA

CPF/CNPJ: 18.295.303/0001-44 Inscrição municipal: Inscrição estadual:

Endereço: JUSCELINO KUBITSCHEK Número: S/N Bairro: CENTRO CEP: 35420-003

Complemento:

Município: Mariana UF: MG

E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Telefone: (31) 3557-9000 Celular:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo (%)	ISS
Apresentação de show no distrito de Cláudio Manoel - Festa de São Sebastião 2025 - 25/01/2025 de forma presencial atendendo às festividades e eventos propostos no calendário cultural oficial do município	5.000,0000	1,0000	5.000,0000	5.000,00x5,00 =	0,00

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	5.000,00								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 5.000,00 **Valor líquido = R$ 5.000,00**

Códigos dos serviços:

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Normal

Local da prestação do serviço: Mariana

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces
Situação desta NFS-e: Normal
Prestador de Serviço com enquadramento fixo do ISS.

Valor aproximado do tributo federal - R$ 672,50 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 148,00 (2,96%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

CONFERE COM ORIGINAL

MUNICIPIO DE MARIANA

Municipio de Mariana

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e

Número do RPS	Número da nota
	202500000000002

Data da emissão da nota: 20/02/2025 22:30:30

Data do fato gerador: 20/02/2025 22:30:30

Código de verificação: SBWAKWYBN

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia:

Nome/Razão social: LEONARDO FARIA SANTOS — Inscrição estadual:

CPF/CNPJ: 110.082.546-06 — Inscrição municipal: — Telefone: (31) 98317-2672

Endereço: R TAXISTA JOAOZINHO VIEIRA Número: 880 Bairro: VILA DO CARMO CEP: 35420-169

Complemento:

Município: Mariana — UF: MG

E-mail: leonardovet.wf@hotmail.com — Site:

TOMADOR DE SERVIÇOS

Nome fantasia: Prefeitura Municipal de Mariana

Nome/Razão social: MUNICIPIO DE MARIANA

CPF/CNPJ: 18.295.303/0001-44 — Inscrição municipal: — Inscrição estadual:

ndereço: JUSCELINO KUBITSCHEK Número: S/N Bairro: CENTRO CEP: 35420-003

Complemento:

Município: Mariana — UF: MG

E-mail: compras@mariana.mg.gov.br — Telefone: (31) 3557-9000 — Celular:

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

	Valor unitário	Qtd	Valor do serviço	Base de cálculo (%)	ISS
Apresentação de show no distrito de Santa Rita Durão, Mariana -MG na data 15/02/2025 de forma presencial atendendo às festividades e eventos propostos no calendário oficial cultural do município .	5.000,0000	1,0000	5.000,0000	5.000,00x5,00 =	0,00

Forma de Pagamento

Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)	Parcela	Vencimento	Tipo	Valor (R$)
1		À vista	5.000,00								

RETENÇÕES FEDERAIS

PIS/PASEP	COFINS	INSS	IR	CSLL	Outras retenções
R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Valor bruto = R$ 5.000,00 — **Valor líquido = R$ 5.000,00**

ódigos dos serviços:

12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.

Desc. condicionado(R$)	Desc. incondicionado(R$)	Deduções(R$)	Base de cálculo(R$)	Valor ISS(R$)
0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00

TRIBUTAÇÃO DO ISSQN

Natureza da operação: Tributação no município

Situação tributária do ISSQN: Normal

Local da prestação do serviço: Mariana

OUTRAS INFORMAÇÕES

Esta NFS-e foi emitida de acordo com o Decreto 6669 de 22 de fevereiro de 2013. CONSULTAR A AUTENTICIDADE ACESSE: https://e-gov.betha.com.br/e-nota/verificar_autenticidade.faces
Situação desta NFS-e: Normal
Prestador de Serviço com enquadramento fixo do ISS.

Valor aproximado do tributo federal - R$ 672,50 (13,45%), estadual - R$ 0,00 (0,00%), municipal - R$ 148,00 (2,96%) , com base na Lei 12.741/2012 e no Decreto 8.264/2014 - Fonte: IBPT

Verificar autenticidade

DR

CONFERE COM ORIGINAL

053

Termo de Abertura/autuação

Aos 22° dias do mês de setembro do Ano de **2025**, nesta cidade de Mariana, Estado de Minas Gerais, faço abertura dos Autos do **PRC 162/2025**. Os autos do presente processo são autuados com folhas, incluindo o presente termo. Do que, para constar, lavro o presente termo.

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Exmo. Sr. Secretário,

Ocorrendo a necessidade de abertura de processo para:

CONTRATACAO DO CANTOR "LEO CABALERO" PARA APRESENTACAO MUSICAL A PEDIDO DA SECRETARIA DE PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO.

Solicito que seja a mesma autorizada nos moldes da lei 14.133/21. Sendo assim, sugerimos o uso do procedimento de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** para o caso.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

24 13.392. 0016 2 074 339036 1500 Ficha 919

Valor Global Estimado: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Mariana, 22 de setembro de 2025

Érika Alves Quirino
Coordenadora Geral de Compras

De acordo:

Marcos Eduardo Batista
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA DE MARIANA

Coordenadoria Geral de Compras

PARECER EM PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE: 148/2025

PROCESSO: 162/2025

OBJETO: CONTRATACAO DO CANTOR "LEO CABALERO" PARA APRESENTACAO MUSICAL A PEDIDO DA SECRETARIA DE PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO.

A Coordenadoria Geral de Compras do Município de Mariana, em atendimento ao pleito da Ilma. Secretaria Municipal de Educação com fulcro no artigo 33, do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, vem apresentar seu parecer opinativo acerca do procedimento de Inexigibilidade de Licitação nº 148/2025, nos limites de sua competência, visto tratar-se de competência exclusiva do ordenador de despesas, a responsabilidade pelos processos de inexigibilidade e dispensa de Licitação.

Assim como determina o artigo 31, do mesmo regulamento Municipal, que dispõe no seguinte sentido:

> **Art. 31.** As inexigibilidades de licitação são processos de compras ou contratações diretas de competência exclusiva do ordenador de despesas, devendo os mesmos ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação, na forma estabelecida, neste Decreto, no art. 32, e art. 1º no que couber, observadas as atribuições da Coordenadoria de Compras dispostas nos arts. 6º e 7º, deste Decreto.

Deste modo, não cabe a esta Coordenadoria adentrar nos critérios de conveniência e oportunidade do ato administrativo, tampouco análise de preços, cabendo tão somente a manifestação acerca da possibilidade da aplicação do instituto da Inexigibilidade de Licitação para o pleito sob análise.

Sendo assim, passa-se as considerações iniciais e ato contínuo ao posicionamento final dessa unidade.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, no que tange a necessidade da contratação em tela;

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal em garantir a identidade dos eventos culturais no Município de Mariana;

CONSIDERANDO que o artista em tela possui um trabalho que vai de encontro com a política cultural do município;

CONSIDERANDO o notório reconhecimento do público em geral no que tange ao trabalho do artista em comento, visto possuir carreira solida, e já ter se apresentado em eventos regionais de grande repercussão popular, conforme se verifica nos documentos acostados ao feito;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses do artista, visto que a contratação em tela será viabilizada entre este município e diretamente com a artista;

CONSIDERANDO que o valor proposto se aproxima do já praticado no mercado, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito, quais sejam notas fiscais bem como contratos emitidos em data não inferior a um ano;

PREFEITURA DE MARIANA
Coordenadoria Geral de Compras

Frise-se que não compete a esta Coordenadoria de Compras prover a análise de conveniência e oportunidade do ato administrativo em tela, visto que compete exclusivamente ao ordenador de despesas da pasta requisitante.

Destarte, havendo pareceres favoráveis à legalidade e regularidade da contratação fronte as questões ora tratadas, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74, inciso II, entendemos que o caso em tela se enquadra nas possibilidades de **INEXIGIBILIDADE** de licitação prevista em lei.

Ato contínuo, encaminhe-se o presente procedimento à Procuradoria e à Controladoria Geral do Município para que estas manifestem-se pela regularidade do feito, sob os mais diversos aspectos que abrangem suas competências e atribuições legais.

E, por fim, antes do eventual ato de autorização/reconhecimento de Inexigibilidade, encaminhe-se o feito ao ordenador de despesas, para conhecimento de todos os pareceres acostados ao feito, para que tenha subsídios suficientes para adequada análise de conveniência e oportunidade.

É o parecer, salvo melhor apreciação

Mariana, 22 de setembro de 2025

Érika Alves Quirino
Coordenadoria Geral de Compras

DECRETO Nº 12.415, DE 08 DE AGOSTO DE 2025.

"Dispõe sobre a equipe de planejamento das contratações do Município de Mariana, estabelece diretrizes e atribuições, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Municipais nº 11.812/2024 e n° 11.813/2024."

O Prefeito Municipal de Mariana, no uso das suas atribuições que lhe conferem o artigo 92, VII da Lei Orgânica Municipal:

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer o planejamento das contratações públicas como etapa essencial e estratégica dos processos administrativos, em conformidade com o art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO a importância de institucionalizar, padronizar e dar transparência às atribuições da equipe responsável por elaborar os instrumentos da fase de planejamento da contratação, Documento de Formalização da Demanda, Estudos Técnicos Preliminares, a Análise de Riscos e o Termo de Referência, conforme os Decretos Municipais nº 11.812/2024 e n° 11.813/2024;

CONSIDERANDO a necessidade da aplicação do princípio da Segregação das Funções estabelecido no artigo 5º da Lei Federal nº 14.133/21;

CONSIDERANDO a necessidade de otimizar os ritos processuais e atribuir competências aos agentes públicos envolvidos nos processos de contratações públicas.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Administração Direta do Município de Mariana, a Equipe Intersetorial de Planejamento das Contratações, com atribuições técnicas e operacionais na fase de planejamento dos processos de licitações e contratações públicas no âmbito do Município de Mariana.

Art. 2º Compete à Equipe de Planejamento das Contratações:

I – A Elaboração do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Documento de Análise de Riscos (Matriz de Risco), quando for o caso, Documento de Formalização da Demanda (DFD), Termo de Referência, Projetos Básicos ou Projeto Executivo, de acordo com o caso concreto e a aplicabilidade desses instrumentos ao objeto determinado, convocando, quando necessários, a participação de profissionais de formação técnica para emissão dos mesmos, quando a natureza do objeto exigir;

II - Emitir justificativa de eventuais desnecessidades de lavratura de Estudos Técnicos Preliminares e Análises de Risco;

III - A fundamentação para as exigências editalícias específicas, em especial no que tange às exigências de qualificação econômica e financeira do certame;

IV - A justificativa para adoção de critérios específicos de habilitação, respeitadas as limitações legais;

V - A definição do preço do órgão, em se tratando de obras e serviços de engenharia, em documento assinado eletronicamente ou com rubrica devidamente identificada pelo responsável técnico;

VI - A instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, inclusive no caso dos processos de dispensa de licitação com fulcro nos incisos I e II, do art. 75, da Lei nº 14.133/2021, será responsável pela aferição dos valores, para que não extrapolem os limites dos referidos dispositivos, bem como deverá certificar-se de que não haverá fracionamento ilegal da despesa;

VII - A formalização e instrução dos processos de Adesão a Ata de Registro de Preços, inclusive verificar se os quantitativos solicitados se enquadram nos limites de adesão estabelecidos no ato convocatório do órgão requisitante e não extrapolem os limites legais previstos pela Lei nº 14.113/2021;

VIII - Prestar informações fáticas e/ou técnicas sempre que requeridas pelos demais agentes que atuam nos processos de compras e/ou contratações;

IX - Realizar diligências, sempre que necessário, visando à regular tramitação do feito;

X - Responder aos questionamentos e/ou pedidos de esclarecimentos de natureza técnica eventualmente postos à administração por licitantes ou interessados nos feitos licitatórios assim como nos processos de dispensa e inexigibilidade de licitação;

XI - Acompanhar visitas técnicas, eventualmente, requeridas por licitantes para melhor compreensão das demandas posta pelo executivo municipal;

XII - Participar diretamente da confecção do Plano Anual de Contratações, indicando as compras e contratações necessárias ao pleno atendimento das metas e ações definidas na Lei Orçamentária Anual e no Plano Plurianual;

XIII - Criar estratégias de compras e contratações de modo a viabiliza-las de forma tempestiva frente a necessidade do serviço público, elencando-as no Plano Anual de Contratações com o adequado estabelecimento de datas para adoção das medias cabíveis, deste o nascedouro da demanda até sua efetiva entrega ou prestação.

Parágrafo único. Quando solicitado, o encarregado de planejamento das compras, assim como os profissionais com formação técnica (área técnica) que tenham participado da fase de planejamento da contratação, da unidade demandante, deverão acompanhar a sessão de julgamento de análise de proposta e habilitação, auxiliando o agente de contratação ou o pregoeiro ou a comissão de contratação, conforme o caso, quanto ao andamento das questões de ordem, realização de diligências, análise de documentos, apreciação de amostras, se necessário e adoção de realização de demais ações correlatas

Art. 3º A Equipe será composta por, no mínimo, dois servidores públicos efetivos ou comissionados.

§ 1º A equipe será coordenada por um servidor designado como Encarregado de Planejamento da Contratação, conforme previsto nos Decretos Municipais n° 11.812/2024 e n° 11.813/2024.

§ 2º Os membros da equipe respondem, solidariamente, pelos documentos técnicos emitidos, ressalvada manifestação fundamentada em sentido contrário, lançada nos autos.

§ 3º Na ausência do Encarregado, será designado substituto entre os membros da equipe pela autoridade competente.

§ 4º Em caso de ausência dos servidores designados neste Decreto por qualquer motivo, ficará à cargo do Secretário(a) da pasta designar substituto temporário para garantir a continuidade as ações e atribuições previstas neste decreto.

Art. 4º A Equipe de Planejamento da contratação deverá:

I – Manter registro histórico de documentos que subsidiem as contratações;
II – Adotar os modelos padronizados de DFD, ETP, TR e Matriz de Riscos disponibilizados pela Secretaria de Planejamento, Fazenda e Governança;
III – Solicitar apoio técnico de outros setores quando necessário, devidamente justificado nos autos.

Art. 5º A Equipe poderá funcionar em caráter permanente ou por designação específica para demandas pontuais, conforme avaliação da unidade requisitante.

Art. 6º Os documentos elaborados deverão ser assinados pelo(a) Secretário(a) da pasta na condição de ordenador(a) de despesas e, no mínimo, dois membros da equipe.

Art. 7º Ficam nomeados os seguintes servidores para exercícios das atribuições previstas neste decreto, segregados por unidade administrativa:

Secretaria Municipal de Administração
Karine Ferreira Magalhães
Michael Tadeu Pereira
Wanderleia Geralda Alvimar
Secretaria Municipal de Assistência Social
Ibsen Guedes Soares
Germano Rodrigues Costa
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural
Josimar Carvalho
Thamires Maria Miranda Trindade
Secretaria Municipal de Diversificação Econômica, Tecnológica e Inovação
Antônio Mauro Carneiro
Erivelton Arlindo Marota Vasconcelos
Secretaria Municipal de Educação
Fabricio Henrique de Faria

Jamil Fernandes Sacramento
Renata Breguez Alves de Oliveira
Vanessa Aparecida Ferreira Lopes
Secretaria Municipal de Esportes, Eventos e Comunicação
Helerson Freitas da Silva
Samila Kellen Caetano Sobreira
Secretaria Municipal de Governo e Relações Institucionais
Cristiane Moura Oliveira
Larissa Martins Xavier
Secretaria Municipal de Habitação e Zeladoria da Cidade
Janaina Silva de Aquino
Tiago Cristiano Pena
Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Proteção Animal
Daniel Lourenço Peixoto
Christiane de Melo Veloso
Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo
Carlos Roberto da Silva
Filipe Vieira Babsky
Samantha Gomes Egídio
Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança
Allana Drumond Armond
Dalila Germano Santos Coelho
Erika Alves Quirino
Flávio Coelho Soares
Gislaine Fernanda da Silva
Secretaria Municipal de Saúde
Juliana Santos da Silva Pereira
Kelem Cristina Ramos de Freitas
Leticia da Silva Moreira
Secretaria Municipal de Segurança Publica
Camila Gomes Carvalho Ciríaco
Mirian Terezinha Gomes Costa
Raquel de Souza Oliveira
Secretaria Municipal de Transporte e Estradas Vicinais
Renata Fabiane Aparecida Gomes
Vanessa Maria Starlino Rolim Ferreira
Controladoria Geral do Município
Antônio Carlos Souza dos Passos
Natália Clarice Batista
Secretaria Municipal de Obras e Gestão Urbana
Bruno Freitas Cotta
Karla Danielle Sabino Lima
Procuradoria Geral do Município

Gustavo Galvão dos Santos
Roberta de Castro Lana Menezes

Art. 8º Os servidores designados para cumprimentos das atribuições previstas neste Decreto ficarão dispensados das suas atividades habituais durante o período de exercício de todas as atividades deste previstas, inclusive, para participarem de reuniões e capacitações acerca da pauta ora tratada.

Parágrafo único. Os servidores designados neste Decreto não receberão qualquer espécie de remuneração adicional para desenvolvimento das atribuições a estes designadas.

Art. 9º Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Governança, com apoio da Procuradoria Geral do Município, quando necessário, podendo estas unidades administrativas emitirem normas complementares e este Decreto.

Art. 10. Revogam-se o Decreto 12.373/2025 e as demais disposições em contrário.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

MANDO, portanto, a todos a quem o cumprimento deste decreto pertencer, que o cumpram e o façam cumprir, tão integralmente como nele se declara.

Juliano Vasconcelos Gonçalves
Prefeito Municipal de Mariana

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
Praça Juscelino Kubitschek, - Centro - Mariana - MG
CEP: 35420-003 CNPJ: 18.295.303/0001-44 Telefone: (31) 3557-9018
E-mail: compras@mariana.mg.gov.br Site: 3135579018

603

Solicitação de Compra Nº 484/2025

CONTRATACAO DE ARTISTA PARA APRESENTACAO MUSICAL

Solicitante: MARCOS EDUARDO BATISTA **Data da Solicitação:** 22/09/2025
Organograma: 2400100424 - SEC MUN CULTURA PATRIMONIO TURISMO LAZER
Local de Entrega: DISTRITOS E SEDE DO MUNICÍPIO
Objeto: CONTRATACAO DO CANTOR "LEO CABALERO" PARA APRESENTACAO MUSICAL A PEDIDO DA SECRETARIA DE PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO
Justificativa: PARA ATENDER AS DEMANDAS DO CALENDARIO DE EVENTO DO MUNICIPIO
Observações:

Itens solicitados:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Preço Unit. Previsto	Preço Total Previsto
1	1,000	SV	APRESENTACAO MUSICAL DO CANTOR "LEO CABALLERO" - APRESENTACAO MUSICAL DO CANTOR "LEO CABALLERO"	5.000,0000	5.000,00

Máscara	Descrição da Despesa	Valor Estimado
24001133920016207433903600	PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS DA CULTURA E DA ARTE	R$5.000,00

Preço Total Itens: 5.000,00

Mariana, 22 de Setembro de 2025.

.....
MARCOS EDUARDO BATISTA

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICIPIO DE MARIANA
NOTA DE BLOQUEIO
C.N.P.J.: 18.295.303/0001-44
Município: MARIANA

Data: 24/09/2025
Usuário: pansierenunes

1161

Nº do Bloqueio: **1235264/2025**
Data do Bloqueio: 22/09/2025

Órgão:	24.000	SECRETARIA MUN PATRIM CULTURAL E TURISMO - SECULT
Unidade:	24.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECULT
Funcional:	13.392.0016	Difusão Cultural
Projeto/Atividade:	2.074	PROMOÇÃO DE FESTIVIDADES E EVENTOS DA CULTURA E DA ARTE
Elemento:	3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
Código reduzido:	919	

Informamos que o saldo da dotação encontra-se suficiente e já foi bloqueado, conforme descrito abaixo

Histórico	Data Bloqueio	Processo administrativo	Saldo da Dotação	Valor Bloqueado	Valor Desbloqueado	Saldo Atual
1.500.000.0000	22/09/2025	162/2025	45.200,00	5.000,00	0,00	40.200,00

CONTRATACAO DO CANTOR "LEO CABALERO" PARA APRESENTACAO MUSICAL A PEDIDO DA SECRETARIA DE PATRIMONIO CULTURAL E TURISMO

Fonte de Recursos:

Número:	Descrição:	Valor:
1.500.000.0000	Recursos não Vinculados de Impostos	5.000,00

Anderson Lopes Coelho Stoppa
..236-**
ASSESSOR TÉCNICO DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

PARECER DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

EMENTA: PARECER - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 148/2025 - PRC 162/2025 - PROFISSIONAL DO SETOR ARTÍSTICO.

I – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo de inexigibilidade de licitação que objetiva a contratação artística do cantor "Léo Cabalero" para apresentação musical, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo.

Ressalte-se que o exame aqui empreendido se restringe aos aspectos jurídicos do procedimento baseando-se nos artigos 33 e seguintes do Decreto Municipal nº 10.573/2023, excluídos, portanto, aqueles que abrangem conveniência e oportunidade para a celebração do ato, bem como os elementos de natureza eminentemente técnica, financeira e orçamentária, o que inclui o detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e especificações, uma vez que as questões técnicas fogem das atribuições deste órgão de consultoria, sendo afetos aos setores competentes da Administração.

Com relação a esses dados, parte-se da premissa de que a autoridade competente se municiará dos conhecimentos técnicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, conforme orientação constante da Boa Prática Consultiva – BPC/AGU nº 7, que assim dispõe:

> A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento. (Manual de Boas Práticas Consultivas aprovado pela Portaria Conjunta nº 01, de 2 de dezembro de 2016).

É o relatório.

II – DA PROPRIEDADE DO PARECER JURÍDICO – PRERROGATIVA CONSTITUCIONAL DO ART. 133 – MANIFESTAÇÃO FUNDAMENTADA NO LIVRE EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO PROCURADOR

Cumpre frisar que o artigo 133, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, bem como o artigo 2º, § 3º, da Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, estabelecem que: "*o Advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei*".

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

Seguindo esta linha de raciocínio, vale também citar o inciso I, do artigo 7°, da mencionada Lei 8.906/94, que estabelece ser direito do Procurador Advogado, dentre outros: "*exercer, com liberdade, a profissão em todo o território Nacional*".

Assim, é relevante esclarecer que o papel do Advogado se resume em opinar a respeito da regularidade, formal ou não, como ainda, a respeito da constitucionalidade ou legalidade, ou não, de determinado ato ou negócio jurídico. Ao emitir parecer, o Advogado é totalmente destituído de competência para ato decisório, sendo que apenas firma seu entendimento a respeito daquela questão jurídica, passível de ser aceito ou não pelas instâncias com poder decisório sobre a questão.

Também vale ressaltar que é cediço que os pareceres jurídicos não integram o núcleo essencial do ato administrativo, posto que se tratam de meras opiniões técnico-jurídicas emitidas pelo operador do Direito, que, em última análise, não criam nem extinguem direitos, mas, apenas, orientam o administrador a tomar uma decisão no momento de praticar o ato administrativo e, somente o último poderia ser objeto de investigação sobre a sua legalidade.

O saudoso professor Hely Lopes Meirelles, assim já se manifestara sobre aludida matéria:

> "Pareceres Administrativos são manifestações de órgãos técnicos sobre assuntos submetidos à sua consideração. O parecer tem caráter meramente opinativo, não vinculando a Administração ou os particulares à sua motivação ou conclusões, salvo se aprovado por ato subsequente. Já então, o que subsiste como ato administrativo não é o parecer, mas sim o ato de sua aprovação, que poderá revestir a modalidade normativa, ordinária, negocial ou punitiva." (Meirelles, 2002, p. 189).

No mesmo sentido, o entendimento de Celso Antônio Bandeira de Mello:

> "Os pareceres alocam-se no campo da administração consultiva e configuram atos que visam a informar, elucidar, questões a serem decididas por outros órgãos (...), nada decidem. Nada resolvem e também não contêm em si nem autorização para a prática de outros atos, nem aprovação ratificação ou homologação deles. Não é esta sua tipologia. São simplesmente juízos técnicos que elucidam as autoridades competentes para adotarem as providências de suas respectivas alçadas." (Mello, 1996, p. 63)

Registra-se que o presente parecer não tem efeito vinculativo, nem tampouco decisório, tendo as autoridades a quem couberem a sua análise, plenas condições de decidir de maneira contrária ao parecer, como ainda, não o acolher ou acolhê-lo em parte, tratando-se a presente peça de caráter meramente opinativo.

Gustavo Tanure dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

III – FUNDAMENTAÇÃO

III.1 – DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme art. 53, §4.°, da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

Primeiramente, quanto a obrigatoriedade do procedimento licitatório que decorre de mandamento constitucional previsto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, a não realização de licitação, também pelo dispositivo constitucional supra, pode acontecer, mediante casos ressalvados em legislação que estabeleça normas gerais de contratação para a Administração Pública, hipóteses que podem ser caracterizadas ou pela dispensa ou pela inexigibilidade.

Salientamos ainda o disposto no artigo 11, da Lei n° 14.133/2021 que enfatiza que além da garantia do tratamento isonômico entre os eventuais interessados, a licitação destina-se à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração. Vantajosidade não se confunde com menor preço, mas com obtenção do bem ou serviço que melhor satisfaça o interessa da Administração.

Nesse norte, a realização da licitação é, em regra, *conditio sine qua non* para a consecução da contratação pública. Com efeito, é preciso que a Administração obtenha a proposta mais vantajosa ao interesse público e, ainda, conceda a todos os interessados igualdade de condições.

Excepcionalmente, em situações de inviabilidade de competição, a própria lei estabelece hipóteses de inexigibilidade de licitação, conforme previsto no art. 74 da Lei n° 14.133 de 2021, autorizando a Administração a realizar contratação direta, sem licitação.

III.2 – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

O artigo 72 da Lei n° 14.133, de 2021, elenca providências e documentos que devem instruir a fase de planejamento do processo de contratação direta, conforme abaixo transcrito:

> I – Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
> II – Estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;
> III - Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
> IV – Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
> V – Comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
> VI – Razão da escolha do contratado;
> VII - Justificativa de preço;
> VIII - Autorização da autoridade competente.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

65

A análise da presente inexigibilidade de licitação tem por objeto a contratação do cantor "Léo Cabalero", para apresentação musical, a pedido da Secretaria de Patrimônio Cultural e Turismo, com fulcro no o inciso II, do art. 74 da Lei 14.133/2021 e no artigo 37, inciso XXI da Carta Magna, os quais permitem a Administração Pública, depois de cumprida com todas as formalidades legais pertinentes ao procedimento de contratação, proceder aos moldes de inexigibilidade de licitação ao processo licitatório desde que preencha com os requisitos e exigências legais.

No presente caso a Lei Federal nº 14.133/21, em seu art. 74, inciso II, trouxe a possibilidade de contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, por meio de inexigibilidade de licitação.

A excepcionalidade permite a Administração Pública realizar contratações diretas, nas hipóteses em que o procedimento licitatório é dispensado, consoante art. 75 e naquelas em que ele é inexigível, conforme art. 74 ambos da Lei 14.133/2021.

Em termos gerais quanto a contratação e sua instrução, consta, Documento de Formalização de Demanda nº 116 (fls. 001/003) Estudo Técnico Preliminar nº 116 (fls. 004/010), Termo de Referência (fls. 012/020), todos aprovados e assinados pelo Secretário Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer.

A estimativa prévia de preço unitário da contratação em R$ 5.000,00 (cinco mil reais), trata-se de matéria de ordem econômica que deve observar o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, ou seja, o valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerando os preços constantes nas notas fiscais e contratações públicas e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto. Tal estimativa consta no Estudo Técnico Preliminar (fls. 004/010).

Consta, à fl. 069, o bloqueio orçamentário que demonstra compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido pela dupla "Danilo Reis e Rafael" com a celebração do contrato.

Acostada documentação referente aos requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária (fls. 040/049). Isto posto, os documentos de qualificação devem ser avaliados tecnicamente pela secretaria ordenadora de despesas, responsável pela elaboração do Termo de Referência, conforme observa-se às fls. 015/016.

Todavia, em análise desta procuradoria, constatou-se que a certidão de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional encontra-se vencida, bem como a ausência das certidões de regularidade junto à Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A razão da escolha do contratado pode ser observada à fl. 012, na qual o Secretário ordenador de despesas afirma que:

> "O Evento tem como objetivo principal a valorização da cultura rural, das tradições sertanejas e da identidade do homem do campo, sendo um momento de grande importância para o fortalecimento do pertencimento comunitário, da convivência social e do turismo rural. A escolha da atração musical a ser

Gustavo Salvador dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

66

> contratada considera o perfil do público do evento, que se identifica com o gênero sertanejo e com artistas que representam a cultura musical do campo e das comunidades do interior. A apresentação visa atrair público diversificado, fortalecer a tradição local e ampliar a visibilidade do evento, promovendo lazer, cultura e integração comunitária. A contratação da atração musical se justifica, ainda, pelo impacto positivo que proporciona na valorização da cultura popular, no estímulo ao turismo e na geração de renda para os moradores e comerciantes da localidade. Dessa forma, a contratação proposta mostra-se necessária, oportuna e adequada ao interesse público, atendendo aos princípios constitucionais da eficiência, razoabilidade, impessoalidade e fomento à cultura, nos termos das diretrizes de valorização das manifestações artísticas e culturais regionais."

Consta Release e proposta às fls. 022/039. Ressalta-se que a razão da escolha do contratado é de exclusiva responsabilidade do ordenador de despesas.

A autorização da autoridade competente para a contratação direta mediante Inexigibilidade de licitação com fulcro no artigo 74, inciso II da Lei 14.133/2021 pode ser verificada às fls. 054, com a "Abertura do Processo Licitatório".

A justificativa de preços pode ser comprovada por meio de notas fiscais, às fls. 050/052, bem como pela fundamentação apresentada pelo ordenador de despesas, à fl. 021. Nesse sentido, a Administração deve observar o que dispõe a Orientação Normativa/AGU nº 17, a seguir:

> A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados, ou outros meios igualmente idôneos.

Frise-se que não é competência deste setor jurídico averiguar a veracidade das documentações e certidões apresentadas pelo artista contratado. A secretaria ordenadora de despesas deve avaliar minuciosamente os documentos acostados aos autos, evitando-se assim, entre demais riscos, a justificativa errônea de preços por intermédio de notas fiscais canceladas ou falsas.

A pesquisa de mercado nas contratações diretas é tratada na Lei n.º 14.133, de 2021:

> Art. 23 (...) § 4º Nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

67

O §2° do artigo 74 da Lei 14.133/2021 determina que:

> "(...) considera-se empresária exclusiva a pessoa física ou jurídica que possua contrato, declaração, carta ou outro documento que ateste a exclusividade permanente e contínua de representação, no País ou em Estado específico, do profissional do setor artístico, afastada a possibilidade de contratação direta por inexigibilidade por meio de empresário com representação restrita a evento ou local específico."

Por se tratar de contratação de profissional do setor artista diretamente, fica dispensada a apresentação do Contrato de Exclusividade.

O objeto singular torna inviável a realização da licitação, visto que o serviço/produto somente pode ser elaborado ou entregue por pessoa jurídica singular, diretamente ou através de representante exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Segundo Joel de Menezes Niebuhr[1], é cabível a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissionais do ramo artístico nos seguintes termos:

> A inexigibilidade para contratação de serviços artísticos, por sua vez, encontra fundamento na subjetividade que lhes é imanente. A arte não é ciência, não segue métodos, não é objetiva. Antes disso, a arte é expressão da alma, do espírito, da sentimentalidade, da criatividade, por tudo e em tudo singular. Desta maneira – é imperativo ressaltar em virtude de ser muito frequente a confusão – a inexigibilidade para a contratação de serviços artísticos não depende da inexistência de outros artistas que também possam prestar o serviço. Aliás, pode e costuma haver vários artistas capazes e habilitados, mas, mesmo assim, inexigível é a licitação pública, em tributo à singularidade de expressão.

Através da Consulta n°. 14/2013, o Ministério Público do Estado de Minas, através do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Público (CAOPP), afirmou que não há como definir, segundo os critérios legais, o que venha a ser "crítica especializada" e qual o alcance de sua atuação. Citando Diógenes Gasparini[2], a resposta é apresentada:

> Por força do estabelecido no inciso III do artigo 25 do Estatuto Federal Licitatório, é inexigível a licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião. O dispositivo em apreço não traz grandes dificuldades de interpretação, salvo no que concerne à consagração pela crítica especializada. Qual é essa crítica especializada? A local? A regional? A nacional? Cremos que se pode dizer que é a crítica local, regional (estadual) ou nacional,

[1] NIEBUHR, Joel de Menezes. *Dispensa e Inexigibilidade de Licitação Pública.* 4 ed. rev. e ampl. Belo Horizonte: Fórum, 2015, p. 187.
[2] GASPARINI. Diógenes. *Direito Administrativo.* 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 323.

Gustavo Galvão dos Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PREFEITURA DE MARIANA
PROCURADORIA MUNICIPAL
Praça Juscelino Kubistchek, s/nº
Centro | Mariana-MG | CEP 35420-000
Telefone: 31 3557 9037
www.mariana.mg.gov.br

em razão do valor do contrato. Assim, se o contrato estiver dentro do limite de convite, será local; se estiver dentro do limite da tomada de preços, será regional; se estiver dentro do limite de concorrência, será nacional. O mesmo deve-se afirmar em relação à opinião pública.

Às fls. 023/030, constam apresentações correlatas do artista, em eventos similares e programas televisivos, a fim de demonstrar sua atuação no cenário musical e o alcance de sua especialização.

Consta "Parecer em Processo de Inexigibilidade de Licitação" às fls. 055/056.

Desse modo, a juntada do presente Parecer Jurídico aos autos, associado aos trabalhos elaborados pela Procurador Geral do Município, auxilia no cumprimento dos requisitos do artigo 72 da Lei 14.133/2021.

Importante reforçar com o parágrafo único do mesmo art. 72 da Nova Lei de Licitações dispõe que: "O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial".

IV – CONCLUSÃO

Diante do exposto, após análise do caso em tela, sob o prisma eminentemente jurídico/formal, esta Procuradoria Geral, entende que é possível a contratação por Inexigibilidade de licitação de profissional do setor artístico a ser realizado por "Luciano Eustáquio", desde que atendidas as recomendações do presente parecer.

Recolha-se assinatura do secretário ordenador de despesa na Solicitação de Compra nº 484/2025, à fl. 060.

Seja apresentado o comprovante de regularidade fiscal com a Fazenda Nacional atualizado, bem como as certidões de regularidade junto à Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

É o parecer, à consideração superior.

Mariana, 25 de setembro de 2025.

Gustavo Galvão Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG nº 172.712

Gustavo Galvão Santos
Procurador Jurídico
OAB/MG 172.712

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: LEONARDO FARIA SANTOS
CPF: 110.082.546-06
Certidão nº: 57184227/2025
Expedição: 25/09/2025, às 16:34:25
Validade: 24/03/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LEONARDO FARIA SANTOS**, inscrito(a) no CPF sob o nº **110.082.546-06, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: LEONARDO FARIA SANTOS
CPF: 110.082.546-06

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:34:55 do dia 25/09/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 24/03/2026.
Código de controle da certidão: **E162.2CDE.6513.06EF**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA
Controladoria Geral do Município
Praça JK, S/N, Centro - Mariana/MG - CEP: 35.420-000
Fone: (031) 3557-9044

PARECER DO CONTROLE INTERNO

INTERESSADOS: Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

ASSUNTO/OBJETO: Para análise e parecer desta Controladoria Geral, a Coordenadoria de Compras remeteu o processo administrativo abaixo citado, cujo objeto é contratação do artista LEO CABALLERO.

DADOS DO PROCESSO

Processo administrativo de contratação direta nº: 162/2025
Inexigibilidade de licitação nº: 148/2025

Dispositivo legal: Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021

DO CONTROLE INTERNO

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 74, determinou a manutenção do sistema de controle interno e estabeleceu suas finalidades. Em obediência a esse dispositivo, pelas Leis Municipais Complementares nº 140/2014 e nº 177/2018, foi instituída e regulamentada a **Controladoria Geral do Município de Mariana**.

DA COMPETÊNCIA, ATUAÇÃO E CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES

A Lei de Licitações e Contratos nº 14.133/21 determinou, em seu artigo 169, que a Administração Pública, em suas contratações, deverá sujeitar-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, e obedecerão três linhas de defesa. A primeira composta por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão; a segunda, composta pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão; e a terceira linha de defesa, composta pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

No artigo 169, §3º, a Lei nº 14.133/21 também atribuiu deveres comuns aos integrantes das três linhas de defesa, estabelecendo as medidas a serem adotadas quando da constatação de *"simples impropriedade formal"* ou *"de irregularidade que configure dano à Administração"* [1].

Além da aplicação da Constituição Federal e da Lei nº 14.133/2021, na análise ora proferida, **aplicam-se**[2] as disposições do Decreto municipal nº 11.813/2024, e do Decreto municipal nº 11.812/2024, e **atua-se**[3], neste caso, como segunda linha de defesa, conforme competências administrativas dispostas nos arts. 16, alíneas "a" a "c", art. 17, 26 e 33, desse último, **sem adentrar nos aspectos jurídicos apontados pela Procuradoria, barreiras já vencidas, e ainda neste sentido, sem adentrar em análise de motivação, oportunidade e conveniência, tratando-se de atos de competência do Ordenador de Despesas.**

Acrescenta-se que o art. 31, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, em sintonia com o inciso I, do art. 169 acima mencionado (primeira linha de defesa), estabeleceu que os processos de inexigibilidades de licitação são de competência exclusiva do ordenador de despesas, e que os mesmos devem ser instruídos pelo encarregado de planejamento da contratação.

Nos termos acima expostos, a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos, contendo a tempo desta apreciação **70**

---

[1] **Lei nº 14.133/21 - art. 169, § 3º** - Os integrantes das 3 linhas de defesa a que se referem os incisos I, II e III do art. 169 "observarão o seguinte: **I** - quando constatarem simples impropriedade formal, adotarão medidas para o seu saneamento e para a mitigação de riscos de sua nova ocorrência, preferencialmente com o aperfeiçoamento dos controles preventivos e com a capacitação dos agentes públicos responsáveis; **II** - quando constatarem irregularidade que configure dano à Administração, sem prejuízo das medidas previstas no inciso I deste § 3º, adotarão as providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, observadas a segregação de funções e a necessidade de individualização das condutas, bem como remeterão ao Ministério Público competente cópias dos documentos cabíveis para a apuração dos ilícitos de sua competência.

[2] **Decreto municipal nº 11.813/2024** regulamenta o princípio da segregação das funções. **Decreto Municipal nº 11.812/214** regulamenta os ritos procedimentais, estabelecendo limites de atuação e competências administrativas nas fases interna e externa dos processos de licitação, dispensa, inexigibilidade, procedimentos auxiliares e adesões a atas de Registro de Preço.

[3] **Art. 16.** "A Controladoria Geral do Município atuará, quando solicitado formalmente, somente na fase externa do processo licitatório, na qual compete: **a)** A análise da formalização do processo licitatório, cumprimento de suas fases e encarte de documentos de acordo com as modalidades e tipos de contratação eleitos para cada objeto a ser licitado; **b)** A análise da existência de demonstração da vantagem econômica dos preços vencedores; **c)** A apreciação da pesquisa de preços que balizará a contratação, nos moldes do regulamento Municipal."
Art. 17. "A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1º.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2º.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. "

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

folhas reunidas em **1 (um) volume**. Nesta oportunidade, salienta-se que esta Controladoria Geral não elide ou respalda irregularidades que porventura não sejam detectadas no âmbito do trabalho de análise alheias aos autos do presente processo, estando ciente de que as informações aqui prestadas estarão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sendo de inteira responsabilidade de quem, investido de competência legal, os tenham produzidos.

Explicitada a responsabilidade dos agentes públicos envolvidos na instrução e condução do presente processo de contratação, e demonstrada a competência do Controle Interno para análise e manifestação, apresenta-se parecer conclusivo acerca do processo administrativo de contratação direta, nos seguintes termos.

RELATÓRIO

O exame dos documentos que instruem o processo de contratação direta[4] por inexigibilidade de licitação demonstrou o que segue:

1. Consta o documento de formalização de demanda (DFD) – fls. 01 a 03, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §§2° ao 4°, do art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado (a) de planejamento da contratação responsável pela elaboração, aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesas.

2. Consta o Estudo técnico preliminar – fls. 04 a 10, conforme disposto nos arts. 31, 32 c/c art. 1°, todos do Decreto Municipal n° 11.812/24, assinado pelo encarregado (a) de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo (a) ordenador (a) de despesas, contendo os elementos obrigatórios e não obrigatórios estabelecidos no §1°, art. 18 da Lei n° 14.133/2021, **ressalvados os seguintes pontos:**

a) No item 10 (Providencias a serem adotadas pela Administração - item não obrigatório) observa-se que foram descritas providencias a serem tomadas pela Secretaria e

[4] **Lei 14.133/21 - Art. 72.** "O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos: **I** - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo; **II** - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei; **III** - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos; **IV** - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido; **V** - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária; **VI** - razão da escolha do contratado; **VII** - justificativa de preço; **VIII** - autorização da autoridade competente."

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

pela Contratada relacionadas aos preparativos para a realização do evento e que haverá o acompanhamento da contratação por servidor designado, **porém não versou sobre** as **providências prévias adotadas quanto à capacitação dos servidores para fiscalização e gestão contratual,** conforme estabelece o art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021;

Diante do ponto exposto na letra "a", deste item 2, **recomendamos**, ao encarregado(a) de planejamento da contratação e/ou a área técnica da Secretaria requisitante, **que nas contratações, a elaboração dos Estudos Técnicos preliminares devem observados fielmente os elementos estabelecidos no art. 18, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021.**

3. Consta a análise dos riscos, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c §2º e §3º, do art. 1º, todos do Decreto Municipal nº 11.812/24, assinado pelo encarregado(a) de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesas - fls. 11.

4. Consta o Termo de Referência – fls 12 a 20, conforme disposto nos arts. 31 e 32 c/c/ §§ 2º, 3º, 4º e 6º do art. 1º, todos do Decreto Municipal nº 11.812/2024, assinado pelo encarregado(a) de planejamento da contratação responsável pela análise e elaboração, aprovado pelo(a) ordenador(a) de despesas, contendo os parâmetros e elementos descritivos elencados no art. 6º, inciso XXIII c/c art. 40, §1º, ambos da Lei 14.133/21.

5. Consta a proposta da futura contratada, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) - fls. 22.

6. Consta no item 1 do DFD – fl. 01; item 1 e 5 do ETP – fls. 04 a 06 e item 2 do TR – fl. 13, manifestação do ordenador de despesas explicitando a razão da escolha da futura contratada, em atendimento ao disposto nos arts. 26 e 32, do Decreto Municipal nº 11.812/2024 e art. 72, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

7. Para justificar e demonstrar o enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação prevista no inciso II c/c § 2º do art. 74, da Lei nº 14.133/2021, em observância aos arts. 26 e 32 do Decreto Municipal nº 11.812/2024, foram apresentados os seguintes documentos: manifestação quanto a representatividade do artista no cenário

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

regional no item 5 do ETP - fls. 05; item 7 do TR – fls. 14 e 15; prints divulgação de shows e apresentações - fls. 23 a 32;

8. Consta nos autos a comprovação de que a LEONARDO FARIA SANTOS, inscrito sob o nº 110.082.546-06, preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários por meio de Declaração – fl. 40, certidões de regularidade fiscal, social, trabalhista com seus prazos de validades vigentes; declaração de inexistência de servidor público lotado no órgão contratante; cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal - fls. 40, 47 a 49, exceto a declaração de que não emprega menor e a certidão de solvência civil que não foram apresentadas. **ORIENTAMOS que sejam anexados os respectivos documentos.**

9. Discorrendo-se agora sobre a justificativa de preços de que trata o art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, registra-se, preliminarmente, os documentos apresentados: justificativa de preço – fl. 21; e três notas fiscais: Nota Fiscal nº 202400000000001 emitida em 04/10/2024 – fl. 50; Nota Fiscal nº 202500000000001 emitida em 03/02/2025 – fl. 51 e Nota Fiscal nº 202500000000002 emitida em 20/02/2025 – fls. 52.

9.1. Quanto à apreciação dos documentos acima descritos, nos termos da alínea "c", do art. 16 da Lei nº 11.812/24, com base nas diretrizes delineadas na Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024[5], observou-se que a justificativa de preços foi materializada com base em valores de contratações de objetos idênticos comercializados pela futura contrata, emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração pública, cumprindo, dessa forma, os critérios estabelecidos no § 1º do art. 7º da referida IN.

9.2. Em cumprimento ao disposto no art. 16, alínea "b", do Decreto Municipal nº 11.812/2024, trata-se agora da verificação quanto a existência de demonstração da compatibilidade do preço a ser contratado com o valor de mercado, bem como da vantagem econômica.

[5] A **Instrução Normativa – CGM nº. 01/2024** dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública municipal direta, autárquica e fundacional.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Vejamos os valores conforme tabela 01 a seguir.

Tabela 01: Comparativo de preços.

Preços praticados pela proponente em outras contratações. (A)		**Preço proposto ao Município de Mariana (B)**	**Comparativo de A vs. B Resultado: > ou = ou <**
Nota fiscal nº 2024...01	R$ 5.000,00	**R$ 5.000,00**	=
Nota fiscal nº 2025...01	R$ 5.000,00		=
Nota fiscal nº 2025...02	R$ 5.000,00		=

Após análise comparativa entre o preço proposto e os apresentados como justificativa, conforme demonstrado na tabela 01, acima, observa-se que o valor da proposta R$ 5.000,00 (cinco mil reais) é compatível com os que a proponente pratica no mercado, e levando em consideração que o preço é igual aos demais, entende-se que há demonstração da vantagem econômica.

10. Consta abertura do processo administrativo devidamente autuado em sequência cronológica, numerado, rubricado e autorizado pelo Ordenador de despesas – fls. 53.

11. Consta a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários (reserva orçamentária), demonstrando a compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, identificados pelos códigos dos créditos próprios da classificação e da categoria de programação referente ao exercício corrente (24.13.392.0016.2.074.339036 1500 – ficha 919) – fl. 61. (Art. 72, IV da Lei 14.133/21, art. 16, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000).

12. Consta o ato de designação do encarregado de planejamento da contratação – fl. 57 a 59.

13. Consta o parecer expedido pela Coordenadoria Geral de Compras - fls. 55 e 56, em cumprimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, opinando pela possibilidade da aplicação do instituto de inexigibilidade de licitação.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

14. Consta o parecer jurídico - fls. 62 a 68, fundamentando os motivos excepcionais para a inexigibilidade de licitação opinando pela viabilidade jurídica do feito, em atendimento à exigência do art. 33, do Decreto Municipal nº 11.812/2024.

15. Por fim, a Controladoria Geral informa que eventuais solicitações de análises em processos de contratações diretas, instaurados a partir da publicação do Decreto Municipal nº 11.812, de 23 de abril de 2024, deverão ser devidamente formalizadas em conformidade com o disposto no art. 16, do referido decreto.

CONCLUSÃO

Subsidiar o gestor com informações e elementos para a tomada de decisões é uma das importantes atribuições do Controle, inclusive como medida de prevenção de desperdícios, perdas, abusos, fraudes e desfalques, nos termos da Cartilha de Orientações sobre Controle Interno, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais[6]. Assim, consoante disposição contida no § 3º, do art. 17, do Decreto Municipal nº 11.812/2024, a presente manifestação possui caráter meramente opinativo, podendo ser eventualmente contraposta pelo ordenador de despesa da unidade requisitante, de forma técnica, cabendo ao ele a decisão de oportunidade e/ ou conveniência da homologação.

Cumpre ressaltar o que versa o art. 73 da Lei nº 14.133/2021, visto que esse é categórico ao explicitar que *"na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis"*.

Dessa forma, pelo Parecer acostado aos autos pela Assessoria Jurídica quanto aos requisitos legais e formais do ato, ressalvado entendimento diverso e o caráter não vinculativo, deste parecer, a Controladoria Geral do Município, ***opina*** pela ***continuidade*** do

[6] Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/img_site/Cartilha_Controle%20Interno.pdf>. Acesso em: 29/09/2025 às 16h51min.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

presente procedimento de contratação direta, nos termos do art. 17[7] do Decreto municipal n° 11.812/2024, ***desde que:***

a) Retificada a inconsistência exposta no item 7 deste parecer;

b) Declarada ciência expressa, dos respectivos agentes, da ressalva e/ou orientação exposta no item 2 deste parecer; e

c) Declarada ciência expressa do Ordenador de despesas sobre o teor deste parecer, após análise de motivação, oportunidade e conveniência.

PROVIDENCIAS OBRIGATÓRIAS PÓS-HOMOLOGAÇÃO

Caso o processo de contratação direta seja homologado, conforme competências estabelecidas nos Decretos Municipais n° 11.812/2024 e nº 11.813/2024, os agentes públicos responsáveis pelos atos dispostos a seguir deverão:

✓ Divulgar e manter à disposição do público o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), bem como no sítio eletrônico oficial do Município, em conformidade com o §1° do art. 14, do Decreto Municipal n° 11.812/2024 c/c o parágrafo único do art. 72, da Lei n° 14.133/2021.

✓ Confeccionar o empenho, formalizado em documento denominado "nota de empenho", **devendo ser realizado de forma prévia à realização da despesa**. Nesse ponto, **a Controladoria Geral, recomenda** que seja realizado após a homologação do presente processo e **antes da assinatura do contrato**. Além disso, **recomenda-se** que seja indicado no instrumento contratual, por tratar-se de garantia do particular quanto ao pagamento futuro e por ser um dos requisitos que devem ser analisados pelo gestor para a liquidação da despesa.

---

[7] **Art. 17.** A Controladoria Geral do Município, enquanto órgão responsável pelo controle dos atos administrativos, por ocasião do disposto no art. 16, deste Decreto, cabe emitir parecer conclusivo. **§ 1°.** Em caso de regularidade do ato processual os autos serão remetidos aos responsáveis com parecer recomendando a homologação do resultado do certame ou a ratificação da contratação direta, ou a continuidade do procedimento, conforme o caso. **§ 2°.** Em caso de irregularidades dos atos os autos serão remetidos aos responsáveis, com a indicação da inconsistência encontrada, recomendando a sua retificação, quando o vício verificado for sanável, ou anulação, em caso de vício insanável, ou o indeferimento, conforme o caso. **I -** Para efeito do disposto neste artigo, conforme o caso, a **Controladoria poderá**: **a) Recomendar a retificação da inconsistência:** deliberação, devidamente fundamentada, para adoção de providências concretas e imediatas, com a finalidade de prevenir, corrigir irregularidade, remover seus efeitos ou abster-se de executar atos irregulares; **b) Orientar:** deliberação de natureza colaborativa, devidamente fundamentada, que apresenta ao destinatário oportunidades de melhoria, com a finalidade de contribuir para o aperfeiçoamento da gestão; **c) Solicitar ciência expressa:** deliberação de natureza declaratória que cientifica o destinatário sobre a ocorrência de irregularidade, quando as circunstâncias não exigirem providências concretas e imediatas, sendo suficiente, para fins do controle, induzir a prevenção de situações futuras análogas.

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

Tal recomendação é consentânea com o acordão do TCU, nº 1.404/2011, que determinou a: "observância das fases da despesa pública, de modo que o empenho seja prévio ou contemporâneo à contratação, consoante artigos 58 a 70 da Lei nº 4.320/1964".

✓ **Para o exercício das funções, cientificar formalmente o gestor e o fiscal de contrato/ata de registro de preços da indicação e das respectivas atribuições, antes da formalização do ato de designação** e no prazo máximo estabelecido, **devendo esses declararem, formalmente ciência da indicação**, em observância art. 6º, § 1º, c/c art. 7º, ambos do Decreto Municipal nº 11.813/2024.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Mariana, 26 de setembro de 2025.

Natália Clarice de Araújo Batista
Agente de Controle Interno

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral do Município
Município

Danilo Brito das Dores
Controlador Geral

PARECER

Inexigibiliade 148/2025

Processo 162/2025

O presente parecer tem por finalidade responder às considerações e orientações contidas no parecer emitido pelo Controle Interno, manifestando-se quanto aos pontos levantados e prestando os devidos esclarecimentos.

2 – a) Informa-se que o servidor designado para exercer a função de fiscal do contrato será previamente cientificado de todas as cláusulas contratuais pertinentes, sendo devidamente capacitado para o exercício das atribuições de fiscalização, conforme exige o §1° do art. 18 da Lei n° 14.133/2021. Informa-se, ainda, que no item 11, relativo à FISCALIZAÇÃO, especialmente no subitem 11.3, encontram-se descritas as medidas adotadas para o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual.

7- Em análise ao ponto em questão, não vislumbro qualquer equívoco no item 7, entendendo tratar-se de erro material, sendo certo que a inconsistência apontada refere-se, em verdade, ao item 8, conforme se depreende do contexto apresentado. Ademais, encaminho em anexo as certidões solicitadas para a devida apreciação.

O responsável pelo planejamento da contratação declara ter ciência e observará integralmente as orientações dispostas no item 2, comprometendo-se a cumprir as diretrizes nele estabelecido, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência e planejamento que regem a contratação pública.

O Ordenador de Despesas declara ter ciência do parecer emitido pela unidade de controle interno, comprometendo-se a observar suas orientações no âmbito da instrução processual e da decisão administrativa.

Mariana 30 de setembro de 2025

Filipe Vieira Babsky
Coordenador de Contratos e Prestação de Contas

Marcos Eduardo Batista
Secretário Municipal de Patrimônio Cultural, Turismo e Lazer

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7° DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 05 DE OUTUBRO DE 1988

Leonardo Faria Santos, sob CPF 110.082.546-06, residente na R. Taxista Joãozinho Vieira, 880, Bairro Centro, na Cidade de Mariana/MG, vem através desta declarar que cumpre o disposto no Art. 7°, Inciso XXXIII da Constituição Federal.

Art. 7°, Inciso XXXIII, da Constituição Federal: "... proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos."

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

Mariana, 30 de Setembro de 2025

gov.br Documento assinado digitalmente
LEONARDO FARIA SANTOS
Data: 30/09/2025 13:06:37-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

_____

Leonardo Faria Santos
CPF 110.082.546-06

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

MARIANA

CERTIDÃO CÍVEL DE INSOLVÊNCIA NEGATIVA

CERTIFICO que, revendo os registros de distribuição de ação de NATUREZA CÍVEL nesta comarca, até a presente data, nas ações específicas de Insolvência Civil, Insolvência Requerida pelo Credor, Insolvência Requerida pelo Devedor ou pelo Espólio, NADA CONSTA em tramitação contra:

Nome: LEONARDO FARIA SANTOS
CPF: 110.082.546-06

Observações:

a) Certidão expedida gratuitamente através da internet, nos termos do caput do art. 8º da Resolução 121/2010 do Conselho Nacional de Justiça;

b) a informação do número do CPF/CNPJ é de responsabilidade do solicitante da certidão, sendo pesquisados o nome e o CPF/CNPJ exatamente como digitados;

c) ao destinatário cabe conferir o nome e a titularidade do número do CPF/CNPJ informado, podendo confirmar a autenticidade da Certidão no portal do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (http://www.tjmg.jus.br), pelo prazo de 3 (três) meses após a sua expedição;

d) esta Certidão inclui os processos físicos e eletrônicos, onde houver sido implantado o Processo Judicial Eletrônico - PJe, o eproc, o Sistema CNJ (Ex-Projudi) e o SEEU - Sistema Eletrônico de Execução Unificada, tendo a mesma validade da certidão emitida diretamente no Fórum e abrange os processos da Justiça Comum, do Juizado Especial e da Turma Recursal apenas da comarca pesquisada, com exceção do SEEU, cujo sistema unificado abrange todas as comarcas do Estado;

e) A presente certidão não faz referência a período de anos, uma vez que somente se refere à existência de feitos judicias em andamento (processos ativos) contra o nome pesquisado, conforme Provimento 355/2018 da Corregedoria Geral de Justiça.

A presente certidão NÃO EXCLUI a possibilidade da existência de outras ações de natureza diversa daquelas aqui mencionadas.

Certidão solicitada em 30 de Setembro de 2025 às 11:54

MARIANA, 30 de Setembro de 2025 às 11:54

Código de Autenticação: 2509-3011-5413-0896-6219

Para validar esta certidão, acesse o sítio do TJMG (www.tjmg.jus.br) em Certidão Judicial/AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO /AUTENTICAÇÃO 2 informando o código.

ATENÇÃO: Documento composto de 1 folhas(s). Documento emitido por processamento eletrônico. Qualquer emenda ou rasura gera sua invalidade e será considerada como indício de possível adulteração ou tentativa de fraude.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-003 — ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE: 148/2025

PROCESSO: 162/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA LÉO CABALERO PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL A PEDIDO DA SECRETARIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, no que tange a necessidade da contratação em tela;

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal em garantir um calendário cultural extenso e diversificado;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar o evento em tela visto tratar-se de festividade tradicional da comunidade local e do Município de Mariana;

CONSIDERANDO o notório reconhecimento do público em geral no que tange ao trabalho do artista em comento, e já ter se apresentado em diversos eventos de grande repercussão popular, conforme se verifica nos documentos acostados ao feito;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses do cantor LÉO CABALERO visto que a contratação em tela será viabilizada entre este município e empresa representante legal devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 26 de setembro de 2025

MARCOS EDUARDO BATISTA

Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-003 — ESTADO DE MINAS GERAIS

AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA PELA AUTORIDADE COMPETENTE

INEXIGIBILIDADE: 148/2025

PROCESSO: 162/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA LÉO CABALERO PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL A PEDIDO DA SECRETARIA DE PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO.

CONSIDERANDO a justificativa trazida pela Secretaria Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo, no que tange a necessidade da contratação em tela;

CONSIDERANDO o interesse da administração pública municipal em garantir um calendário cultural extenso e diversificado;

CONSIDERANDO a necessidade de realizar o evento em tela visto tratar-se de festividade tradicional da comunidade local e do Município de Mariana;

CONSIDERANDO o notório reconhecimento do público em geral no que tange ao trabalho do artista em comento, e já ter se apresentado em diversos eventos de grande repercussão popular, conforme se verifica nos documentos acostados ao feito;

CONSIDERANDO a legitimidade de representação dos interesses do cantor LÉO CABALERO visto que a contratação em tela será viabilizada entre este município e empresa representante legal devidamente munida de poderes de representação exclusiva na forma da lei;

CONSIDERANDO que os valores ofertados se aproximam do já praticado no mercado, visto encontrarem-se balizados pelos documentos acostados ao feito;

Destarte, com fincas no texto da Lei nº 14.133/21, especialmente em seu artigo 74 Inciso II, assim como no artigo 205 da Constituição Federal de 1988, e nos artigos 127, e 128 da Lei Orgânica Municipal, **AUTORIZO** por meio de **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com a devida celebração da respectiva contratação, nos termos da Lei.

Mariana, 26 de setembro de 2025

MARCOS EDUARDO BATISTA

Secretário Municipal de Patrimônio Cultural e Turismo